

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA
CAMPUS DE BACABAL

ALINE SOUZA NASCIMENTO

***“OU EU FAZIA OU ELE FAZIA COMIGO”*: violência, transgressão e resistência nas
memórias de uma viúva camponesa**

Bacabal
2018

ALINE SOUZA NASCIMENTO

***“OU EU FAZIA OU ELE FAZIA COMIGO”*: violência, transgressão e resistência nas memórias de uma viúva camponesa**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas- Sociologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas com Habilitação em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa

Bacabal
2018

Nascimento, Aline Souza.

"OU EU FAZIA OU ELE FAZIA COMIGO" : violência,
transgressão e resistência nas memórias de uma viúva
camponesa / Aline Souza Nascimento. - 2018.

75 f.

Orientador(a): Viviane de Oliveira Barbosa.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal,
2018.

1. Biografia. 2. Conflitos agrários. 3. Memória. 4.
Resistência. I. Barbosa, Viviane de Oliveira. II. Título.

ALINE SOUZA NASCIMENTO

“OU EU FAZIA OU ELE FAZIA COMIGO”: violência, transgressão e resistência nas memórias de uma viúva camponesa

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Sociologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas com Habilitação em Sociologia.

Aprovada em: ____/____/____/

Banca Examinadora

Prof^a Viviane de Oliveira Barbosa
Doutora em História
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
(orientadora)

Prof^o Wheriston Silva Neris
Doutor em Sociologia
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof^a Aldina da Silva Melo
Mestra em História, Ensino e Narrativas
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

“O tiro do fuzil ali na cerca da Estrada Grande cortara de um golpe a sua vida em duas: a parte dos vinte e seis anos até então e a parte de trinta dias que começava agora — de 17 de março até 17 de abril. Depois viria o esvoaçar de morcego, que ele já não contava”.

Abril Despedaçado – Ismail Kadaré

AGRADECIMENTOS

Quando penso ter chegado ao fim do caminho percebo que ele está atravessado por tantos outros que me obrigam a continuar caminhando. Longe de representar o fim ele significa começo. Os pensamentos de Deleuze dos quais comunguei durante este período nunca fizeram tanto sentido quanto agora. De fato, “a verdade/aprendizagem tem uma relação essencial com o tempo” e a sua busca não se encerra quando assim queremos, sempre haverá algo nos empurrando. Sinto-me pressionada a continuar caminhando, impulsionada pelo desejo de vivenciar as descobertas que esses caminhos me proporcionarão.

Muitas pessoas me ajudaram até aqui, sem as quais a caminhada teria se tornado mais árdua. Foram elas que me inspiraram, muitas delas também criaram as condições para que esse trabalho fosse realizado. Não posso deixar de manifestar minha gratidão a minha família, Alane, Vitória, Mayla, Sebastião e a minha mãe Maria de Fátima que, embora se entristeça quando falo que terei que abandonar o ninho, não percebe que foi ela que me empurrou para fora dele, que me ensinou a voar, a querer ser livre.

Minha imensa gratidão à Professora Viviane que confiou em mim mais do que eu mesma. As reuniões de orientações eram injeções de ânimo e de autoconfiança, retornava com a certeza de que minha responsabilidade era imensa não somente em virtude da confiança depositada como por tê-la como orientadora.

À Dona Maria Rodrigues, mulher incrível que aprendi a admirar, bem como à Dona Terezinha que integrou o Movimento de Viúvas e que também inspirou a escrita desse trabalho. À Guilhermina Aguiar pelas conversas e documentos partilhados e a Iriomar Teixeira que mediou o encontro com Dona Maria, pelos quais guardo uma imensa admiração.

À Alzira Siqueira e Raimundo Alves que possibilitaram a realização do trabalho de campo. À Anny Linhares e Ravenna Paiva que se tornaram tão queridas e contribuíram para que a caminhada não terminasse aqui.

Ao professor Clever Fernandes cujos debates realizados na disciplina Tópicos Especiais de Filosofia perpassam esta pesquisa. À Diocese de Bacabal e a Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA) por terem disponibilizado a consulta aos seus acervos.

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre as memórias de uma viúva de trabalhador rural assassinado em conflito de terra, na segunda metade do século XX, no Médio Mearim, no Maranhão. Levada a julgamento por homicídio do executor e absolvida por legítima defesa. Buscamos analisar como ela se reconstrói a partir do vivido, no esforço de compreendê-la para além da situação de vítima e como transforma a dor em benefício próprio aprendendo a viver com ela. As suas memórias possibilitam a revisita ao campo maranhense, precisamente ao Médio Mearim, marcado pelas políticas que o atravessaram visando o seu desenvolvimento e que acentuaram a pobreza e os tensionamentos, revelando o caráter contraditório das medidas adotadas. Permitem ainda o questionamento acerca do lugar ocupado pelas mulheres durante os conflitos agrários, refutando os esforços que buscam atá-las a um imobilismo social. As narrativas da trabalhadora mostram como a memória enquanto atividade subjetiva é entrecruzada pelas mudanças históricas, pelo tempo biográfico e pela forma como as experiências decorrentes dessa junção são enfrentadas, absorvidas e ressignificadas. O trabalho estrutura-se a partir das suas narrativas e da consulta a outras fontes históricas, percorrendo a sua história de vida, a sua experiência no banco dos réus e o seu ingresso no campo político.

Palavras-chave: Memória. Biografia. Conflitos agrários. Resistência.

ABSTRACT

The present work deals with the memories of the one widow of a rural worker killed in agrarian conflicts, in the second half of the 20th century, in the Middle Mearim, in Maranhão. Judged on the executioner's murder and acquitted by self-defense. We seek to analyze how it was reconstructed from the experience in the effort to understand it beyond the victim's situation and how to turn pain into own benefit learning to live with it. Your memories make it possible to revisit to the field maranhense, mainly to the Middle Mearim, marked by the policies that reached it with a view to its development and which have increased poverty and tensions, revealing the contradictory nature of the measures adopted. Still allow the questioning about the place occupied by women during the agrarian conflicts, rejecting the efforts that seek to maintain them in social immobility. The narratives of the worker showed how memory is traversed by historical changes, by biographical time and, in addition, how the experiences resulting from this junction are confronted, absorbed and re-signified. The work structures itself through his narratives and of the consultation of the other historical sources, going through your life story, your experience during the trial and his entry into the political field.

Keywords: Memory. Biography. Conflicts. Resistance.

LISTA DE SIGLAS

ACR Animação dos Cristãos no Meio Rural

CEBs Comunidades Eclesiais de Base

CPT Comissão Pastoral da Terra

NAV Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados em Conflitos de Terra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. DA DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA À ESCOLHA DO MÉTODO	16
2. “A GENTE MORRE E RESSUSCITA TAMBÉM”: MEMÓRIAS DE VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA	22
2.1. “Uma mulher matar pistoleiro?”	32
3. “A GENTE ENTROU NO MOVIMENTO DELAS”: GÊNERO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO MÉDIO MEARIM MARANHENSE	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
FONTES	52
BIBLIOGRAFIA GERAL	52
APÊNDICE	57

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda sobre as memórias de uma viúva de trabalhador rural assassinado em um contexto de conflitos agrários no Médio Mearim, no Maranhão, na segunda metade do século XX, os quais desencadearam mudanças a uma diversidade de sujeitos que habitavam o campo.

Esse período abriu um novo capítulo na história do país com a ascensão dos governos militares ao poder. No Maranhão, o vitorinismo cedia lugar ao sarneísmo, um governo pautado pelo discurso da modernidade que visava integrar o estado à economia nacional, modernizar a agricultura, desenvolver o campo, por meio de um modelo de desenvolvimento fundamentado em uma leitura do Maranhão e da Amazônia como regiões de grandes potencialidades econômicas, porém com atrasos e déficits que deveriam ser supridos (SANT'ANA JUNIOR, 2009, p. 3).

A sua ascensão foi simultânea ao processo de expansão do capitalismo para essas regiões e descortinou um estado antes caracterizado pelo “atraso” como um campo propício para receber o novo/moderno (COSTA, 1997, p. 3), discurso esse que incorporou a retórica da ditadura militar que visava “levar o Brasil do subdesenvolvimento em que se debatia ‘nas mãos de governos incapazes e corruptos, e mais, subversivos’, para o nível e as delícias da grande potência” (PRADO, 2000, p. 8). Foram então forjadas as condições necessárias para o alcance desse objetivo, como a priorização da agropecuária empresarial, a concessão de incentivos fiscais e financeiros como forma de estímulo aos produtores e a privatização das terras públicas através da Lei de Terras do Estado (2.979/69).

Essas medidas atraíram proprietários de outros estados para o interior da região já habitada por muitos posseiros, alguns dos quais vindos de outros estados do Nordeste, por volta da década de 1920, em busca das chamadas “terras livres” (BARBOSA, 2013). Desde então, instaurou-se um processo de remoção forçada dessas populações, demarcado por intensos conflitos políticos e fundiários, grilagens e assassinatos. Somaram-se a isso os impactos ambientais e a acentuação da pobreza em decorrência da desestruturação econômica das famílias camponesas que “se veem impedidas de implantar suas lavouras, pelo menos nas mesmas condições em que produziam anteriormente, onde havia disponibilidade de terras para trabalhar” (ROCHA, 2006, p. 5).

As formas de uso e apropriação dos recursos por camponeses e “novos proprietários” se diferenciavam, na medida em que, para aqueles, elas estavam assentadas no direito coletivo de

uso da terra que se contrapõe à ideia de propriedade privada na qual a terra e os recursos nela presentes possuem dono. O cercamento das terras representava para eles a perda de autonomia uma vez que a agricultura de roça possui uma demanda de recuperação da terra, o que exigia o deslocamento para outras terras até que a anterior recuperasse a fertilidade (MARTINS, 1989, p. 84).

Nesse sentido, é possível compreendermos o motivo dos camponeses reivindicarem principalmente o acesso aos recursos naturais para a prática de suas atividades produtivas e, posteriormente, lutarem pelo direito à terra, pois lutando pela posse da terra “acreditavam manter recursos básicos de sobrevivência, além de garantir a continuidade de suas práticas, reforçadas por um laço de pertencimento (geográfico e simbólico) àquela localidade” (BARBOSA, 2013, p. 176).

Assim, a posse da terra também asseguraria a insubmissão a outros agentes sociais, como aos proprietários, os quais, ao adquirirem uma determinada área, duplicavam sua extensão durante seu registro de propriedade, desconsiderando os sujeitos que dela dependiam para manutenção e reprodução física. Depois de comprada toda a lógica de produção mudava, pois exigiam a divisão da safra e do coco babaçu, permitiam apenas a plantação de legumes de produção rápida, proibiam a caça, derrubavam as palmeiras e o espaço da roça era cedido ao capim; entretanto, essa situação de conflito não era logo percebida, sendo muitas vezes construída uma relação de cordialidade com aqueles que se denominavam donos (FUNDO DO POÇO, 1990), assim também como essa relação “harmoniosa” se dava pela necessidade de subsistência, de assegurar um espaço para produção, submetendo-se às formas de produções definidas pelos “novos proprietários”.

Contudo, “a expansão capitalista que semeou contradições, semeou também a resistência” (MARTINS, 1986, p. 11). E esse período também foi marcado pelo desenvolvimento de mecanismos e estratégias de enfrentamento às contradições capitalistas, as quais os camponeses se viram submetidos. É isso que explica os empates, formas de impedir os proprietários de derrubarem as florestas onde eram realizadas as práticas extrativistas; os paióis¹ onde eram guardadas coletivamente as produções dos camponeses sob a vigilância de um grupo armado

¹ Os paióis eram um tipo de depósito construído na roça, feito de taipa, coberto de palha de babaçu, as paredes firmadas com o talo da palha e não necessariamente tapadas de barro. No chão eram colocadas tábuas para que a produção não ficasse em contato direto com o solo por conta da umidade. Somente após ser realizada toda a colheita, a produção era levada para casa.

visando impedir invasões de jagunços a mando de comerciantes; reuniões clandestinas, mutirões, roças coletivas, luta pela legitimação de reivindicações e muitas outras ações silenciosas que se apresentavam conforme o momento, as contradições e as crenças do povo (SANTOS, 2010). É interessante atentar que mesmo as ações comumente vistas como subordinadas podem ser consideradas como estratégias de resistência, uma vez que o não agir podia ser uma ação calculada (SCOTT, 2000), uma forma de dar a impressão de conformidade com as normas dos proprietários diante do risco de perder o pouco que possuíam.

Para Martins (1986, p. 99), “as manifestações de insubordinação e claramente as lutas no campo, ganham sentido numa *concepção alternativa de direito*”, ou seja, “a concepção de direito que marca profundamente as lutas dos trabalhadores rurais é uma concepção *moral*: o direito se opõe ao torto, o certo ao errado, o bem ao mal” e, desse modo, “à visão imobilista do direito, permeada pela fetichização do direito reconhecido e instituído pelo Estado”. Assim, a noção de direito para os trabalhadores “se funda na concepção mesma da justiça. Está baseada em um conceito de justiça, alternativo ao conceito de “justiça conservadora” da legalidade vigente” (RANGEL, 2004, p. 20), assentando-se no que é aceitável e condenável do ponto de vista moral e na elaboração não somente de ações como também de discursos que possam legitimá-las.

Observamos, desse modo, uma recusa à tentativa de controle imposta pelo discurso oficial e a elaboração de respostas e sentidos subjetivos e coletivos fundados na sua cotidianidade. É essa capacidade inventiva, de transformação da realidade que analisamos nas memórias de D. Maria, viúva de trabalhador rural que diante da necessidade imposta pelo assassinato do seu marido foi obrigada a matar para não morrer. Nesse sentido, no esforço de compreendê-la para além da situação de vítima buscamos evidenciar sua resistência e como ela se recria elaborando outros sentidos para o vivido.

Esta pesquisa está conectada a circunstâncias da vida prática da investigadora que desde cedo esteve envolta por memórias e narrativas de familiares acerca dos conflitos e das constantes migrações a fim de fugir das situações de dominação. Desse modo, a escrita sobre as memórias de D. Maria é um momento de reencontro com pessoas e lugares visitados indiretamente através das conversas debaixo de alpendres, por vezes no quintal de casa, ou por meio das constantes visitas de velhos conhecidos que sempre traziam algumas notícias acerca delas. O trabalho é então resultado de acontecimentos “vividos por tabela”, da inserção em alguns espaços e do contato com atores históricos que atuaram nas lutas camponesas, evidenciando a vinculação entre

pensamento e ação, “ou seja, que nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 1994, p. 17).

O presente trabalho traz a memória autobiográfica como principal categoria de análise, utilizando como aporte teórico reflexões de Elizabeth Jelin (2001), Jonathan Grossman (2000) e Michael Pollak (1989). Elizabeth Jelin aponta que as mulheres narram suas lembranças na chave mais tradicional do papel de mulher, a “de viver para os outros”, ficando seu testemunho restrito ao âmbito privado. Entretanto, observamos que à medida que as memórias de D. Maria conseguiram invadir o espaço público e materializar-se, ela acoplou reivindicações múltiplas e imprevisíveis (POLLAK, 1989), elaborando anti-discursos e buscando reforçar o caráter legítimo da sua ação. Para abordar acerca da resistência utilizamos Jhonathan Grossman (2000), o qual afirma que, em decorrência de objetivos pré-determinados, podem os sujeitos ter seus discursos separados das suas práticas e alerta sobre os riscos de reduzir as pessoas que passaram por experiências de resistência em meras vítimas, para o perigo quando enfocamos apenas os sofrimentos das pessoas.

É significativo o trabalho com memória autobiográfica por possibilitar a saída das amarras que reduzem os sujeitos às pressões exteriores, atando-os a um imobilismo social. É possível torná-los atores e atrizes da história, conduzindo-nos a novos relatos e a novas análises nas quais a interpretação é feita a partir dos sentidos que os sujeito conferem às suas ações. Nesse sentido, a relevância da presente análise reside em evidenciar, através da história de D. Maria, que a memória enquanto atividade subjetiva é entrecruzada pelas mudanças históricas, pelo tempo biográfico e pela forma como as experiências decorrentes dessa junção são enfrentadas, absorvidas e ressignificadas. Soma-se a isso a possibilidade de revisitar os conflitos no campo no Médio Mearim a partir do encontro entre as memórias de D. Maria e os escritos em jornais e a produção bibliográfica acerca da sua experiência, o que permite vê-la desde diferentes perspectivas.

No primeiro capítulo abordamos acerca da escolha do objeto de pesquisa e da seleção dos métodos de análise. No segundo capítulo discutimos sobre as memórias de violência e resistência de D. Maria, trazendo alguns acontecimentos da sua vida pessoal e buscando reconstituir sua trajetória até a sua experiência no banco dos réus. No terceiro capítulo exploramos a constituição do Movimento de Viúvas, apontado condições que contribuíram para a sua organização e como

Dona Maria desafia as representações que atam determinados sujeitos a um imobilismo os retirando qualquer possibilidade de transformação da realidade.

Como fontes estruturais foram utilizadas a cópia do Processo Jurídico de Dona Maria (66/1991); o Dossiê Dona Maria organizado pela CPT/MA e composto por cartas de apoio e recortes da imprensa; um Projeto do Movimento de Viúvas; jornais; entrevista qualitativa; e a obra *Justiça Privada e Tribunal – camponeses no banco dos réus?*, organizada pela antropóloga Maristela de Paula Andrade. Esta obra compõe a coleção Célia Maria Côrrea – Direito e Campesinato, que apresenta informações do Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados em Conflitos de Terra (NAV/UFMA), coordenado pela antropóloga e cuja atuação se deu entre 1991 e 1996.

1. DA DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA À ESCOLHA DO MÉTODO

Após a renovação das práticas de pesquisas advindas com o ressurgimento do método biográfico, no século XX, abandonado por um longo período em virtude da priorização da objetividade científica que reivindicava uma escrita impessoal, alguns questionamentos sobre o fazer historiográfico também emergiram e os sujeitos marginalizados, a cotidianidade e a subjetividade, antes negligenciados, passaram a ser fontes de inspiração possibilitando novos olhares.

As mulheres que ocuparam por muito tempo as sombras das narrativas historiográficas passaram a ocupar lugar de relevância suscitando novos métodos para escuta das suas memórias (SARLO, 2007). A inscrição das mulheres na história, tal como apontado por Scott (1989, p. 4), “implicou a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas, implicando não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história”. O desenvolvimento do gênero como categoria de análise, “baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e considerado “uma forma primeira de significar relações de poder” permitiu a compreensão de que é no “espaço e no tempo” que ele adquire contornos e sentidos. Nessa perspectiva, “homem” e “mulher” são considerados como categorias “vazias e transbordantes” preenchidas a partir do lugar onde estão situados no contexto social e político (SCOTT, 1989, p. 18).

O método biográfico aparece, então, “como uma ferramenta de conhecimento alternativa, antiautoritária, do passado, mas também como um instrumento de luta para transformar a sociedade no presente” (BERTAUX *apud* LORIGA, 2011, p. 213). Essa visão se contrapõe com a defendida por outros autores, como Bourdieu, que não concordava com a legitimidade dada ao método biográfico em virtude da narração excessivamente linear e factual a qual muitas pesquisas estavam presas. Porém, analisar trajetórias individuais não significa, automaticamente, adotar a forma tradicional da biografia (SCHMIDT, 2003, p. 18).

A escolha de um método para estudo de determinado objeto sociológico compromete quem fará a investigação a uma determinada relação de campo a certas práticas existenciais (BERTAUX, 1989, p. 136). Assim, o enfoque biográfico tem como tarefa “ceder a palavra” às outras pessoas, no caso em questão D. Maria (GARCIA, 1990). Soma-se a isso, o acesso às suas

vivências subjetivas e o contato direto proporcionado pela história de vida que enquanto modalidade da pesquisa qualitativa “não anula o distanciamento que a ciência exige, antes transforma a recolha de informação numa experiência que ‘humaniza’ a própria investigação” (PENEFF, 1998, p. 873).

Para que a narrativa biográfica aconteça é necessário acionar o mecanismo da memória, o que evidencia o entrelaçamento entre ambas. Em virtude dessa consonância e porque consideramos que mesmo moldada de diversas formas pelo meio social (PORTELLI, 1997), “cada um de nós tem um certo acervo de memória que é peculiarmente nosso, que não compartilhamos com ninguém” (IZQUIERDO, 2004, p. 16). Optamos por trabalhar com memória individual, pois mesmo que os sujeitos vivenciem as mesmas situações, nas mesmas circunstâncias, as suas memórias serão interiorizadas de forma diferente e “mediadas pela maneira que o mundo está sendo habitado no presente” (DAS, 2011, p. 35).

Duas pesquisas foram centrais para a estruturação desse trabalho, em termos conceituais, o trabalho de Viviane de Oliveira Barbosa (2013) e o trabalho de Maristela de Paula Andrade (2007) que apresentam perspectivas que são complementares. Através do trabalho de Andrade, *Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas*, repensamos acerca das divisões dos trabalhos cotidianos e dos processos de luta vividos por homens e mulheres nas comunidades rurais ao demonstrar como essas divisões também se estendem para o campo da memória, bem como ao fazer-nos compreender os riscos de cairmos em um discurso colonizado, desconsiderando o universo no qual essas mulheres estão situadas e analisando as relações existentes nesse mundo a partir de categorias que se pretendem universais, ainda que forjadas em realidades tão distintas das quais nos propomos analisar. Por meio da tese de Barbosa, intitulada *Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*, passeamos por algumas comunidades camponesas no Médio Mearim e compreendemos através das memórias e narrativas das próprias trabalhadoras como essas relações se estruturam e como o ser mulher é construído na interação simbólica com o meio e as redes de sociabilidade ali existentes, evidenciando como as suas práticas cotidianas fogem de diversas formas de representações.

Diante da necessidade da análise não ficar surda às tonalidades da existência da nossa informante (GEERTZ, 1997), tornou-se necessária a escuta sistemática das suas memórias, o que demandou a observação participante e a realização de entrevistas por meio do trabalho com

história oral que “é mais do que uma decisão técnica ou de procedimento”, conforme Lozano (2006, p. 16), “é antes um espaço de contato e interferências interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações *qualitativas* de processos históricos sociais”. E a qual baseia-se ainda no reconhecimento de que “cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados” (PORTELLI, 1997, p. 17).

Embora os testemunhos de D. Maria tenham sido narrados antes, o contato poderia levantar questões sobre aspectos das suas experiências a respeito dos quais, talvez, ela nunca tinha falado ou pensado seriamente, além disso, trabalhar apenas com as gravações e escritos poderia deixar a pesquisa fragmentada, uma vez que cada entrevista é como uma apresentação, cheia de gestos e expressões que só podem ser captadas por meio da experiência pessoal (PORTELLI, 2001).

Conhecemos a história de D. Maria por meio das entrevistas que realizamos com duas mulheres que integraram o Movimento de Viúvas Vítimas da Violência no Campo, movimento do qual D. Maria também participou, e do livro *Justiça Privada e Tribunal: camponeses no banco dos réus*. Por acaso, encontramos uma cópia do seu Processo Jurídico ao organizar a biblioteca da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA). De início, não era D. Maria a quem buscávamos e sua história não nos havia despertado interesse de pesquisa porque estávamos trabalhando com outras categorias de análise. Após um longo período de “desencantamento” encontramos nos estudos sobre memória um novo interesse e a história de D. Maria reunia inúmeras questões que possibilitaria novos descobrimentos.

Com um vasto material em mãos surgia então o momento de entrevistá-la, entretanto, a primeira dificuldade também emergia: como chegar até ela? Após recorrer a algumas pessoas que a conheciam, que participaram dos mesmos grupos que ela, fomos informadas de que estava morando em um povoado próximo, porém não sabíamos como chegar. E essa se tornou nossa principal preocupação. Dias pensando nisso e, involuntariamente, recordamos de algo que “aparentemente” havíamos esquecido. Retornando de uma viagem reencontramos um conhecido que voltava de uma atividade que se tornou o centro da nossa conversa durante o trajeto. Não recordamos o que ensejou o assunto, mas falamos sobre o Movimento de Viúvas e ele relatou que conhecia algumas integrantes, inclusive D. Maria. Quando lembramos ficamos nos questionando

como poderíamos ter perdido algo tão importante, “pelo menos perdê-lo na aparência”, conforme Ivan Izquierdo (2004, p. 18), pois existem algumas formas de perder a memória, “uma delas é a extinção, na qual as memórias não se perdem; são escanteadas para um lugar menos acessível do cérebro. Em algum canto, elas estão”.

O próximo passo foi contatar o conhecido que, gentilmente, intermediou o contato com D. Maria, antecipando a ela nosso interesse de pesquisa e se poderia nos receber. Telefonamos para ela e agendamos a data da visita², ao passo que ela nos deu as instruções de como chegar. Surgiu outra preocupação: qual seria a reação de D. Maria? Será que se sentiria à vontade para responder as perguntas, será quealaria sobre o ocorrido? Saímos cedo de casa no dia combinado e nos deparamos com sua filha mais nova na entrada da casa que possui um barzinho ao lado, o qual completa a renda da família. Acompanhamos e encontramos D. Maria a nossa espera na cozinha, acompanhada de um dos dois netos que mora com ela. Explicamos o atraso enquanto ela nos oferece uma xícara de café que parece remetê-la extra temporalmente a algumas situações. Assim, enquanto tomávamos café nos contou que sempre foi “danada” e independente e sobre como deu continuidade à sua vida.

Naqueles primeiros instantes a imagem que havíamos construído acerca dela caiu por terra, surgindo uma mulher cheia de vida, comunicativa e confiante. A história que havíamos absorvido de D. Maria se somou aos retratos que existiam na nossa mente acerca de vítimas de agressão. Desse modo, criamos uma representação dela que no nosso imaginário combinava com a sua experiência de violência. Surpreendemos ainda quando falou acerca dos seus outros companheiros, descrevendo-nos as qualidades de cada um e destacando como não combinavam em nada com ela. Surpresa com a mulher que se apresentava a nossa frente ficamos com uma sensação de que havíamos sido desonestas com nossa informante, pois a mulher que conhecemos era totalmente diferente da que havíamos imaginado.

Todas as histórias que lemos e ouvimos acerca de D. Maria de fato são verdadeiras, entretanto, insistir nelas era negligenciar que o tempo lhe possibilitou outras interpretações e negligenciá-las seria construir uma história única acerca da trabalhadora. Sem dúvida, é preciso fugir do perigo de uma história única (ADICHIE, 2017). Suscitadas por suas narrativas surgiu a

² Não citamos o lugar onde Dona Maria mora atualmente como forma de preservar a sua imagem. Na página seguinte retomamos o assunto.

necessidade de completarmos a sua história, uma vez que convidam para um outro olhar acerca da sua experiência e direcionam para o apontado por Grossman (2000), sobre os riscos que corremos quando reduzimos pessoas que passaram por experiências de sobrevivência e resistência a simples vítimas.

Encerrado o café, sentadas debaixo de árvores no quintal, falamos sobre o objetivo da pesquisa, das perguntas que gostaríamos de fazer e da necessidade de gravar a conversa. D. Maria decide que inicialmente a conversa não seria gravada, avaliáramos o seu relato e se estivesse bom, poderíamos gravar. Percebemos que estava receosa sobre o que, de fato, poderíamos fazer com a sua narrativa, uma desconfiança compreensível, pois era o nosso primeiro encontro, mas a insegurança de D. Maria também se referia aos rapazes que estavam no bar e que logo saíram. Com o intuito de conquistarmos sua confiança carregamos para a conversa algumas pessoas com as quais havíamos buscado informações sobre ela.

Iniciada a conversa, D. Maria decide “pular” algumas partes, “narrar até onde desse”, escolhendo então por onde seria mais fácil começar sua narrativa. Ela iniciou enquanto nossa preocupação era que não teria mais as informações prestadas nessa primeira parte do depoimento, pelo menos da forma como ela havia narrado, sem perguntas, sentindo-se à vontade. Quando começamos a gravar a conversa ela contou experiências que, logo após, pediu que não as colocássemos no trabalho pois não sabia porque estava narrando, talvez, explicou ela, por se sentir aberta porque estávamos a sós. Quando passava por algumas experiências dolorosas, o seu olhar distanciava-se como que visualizando todo o acontecido ao mesmo tempo em que parecia tentar encontrar as palavras que o expressassem. Logo se recuperava para espantar algumas de suas galinhas que insistiam em comer suas plantações de pimenta.

Apesar dos limites em expressar memórias de violências e da crítica existente acerca da sua representação, sabemos que o silenciamento acerca delas e do que as causou gera desconhecimento e incerteza, assim como “o processo que permite às pessoas ultrapassar a condição de vítima passa pela sua recomposição como sujeito emocional e isto requer a expressão manifesta da vivência e de poder compartilhá-la” (JIMENO, 2008, p. 273). Não é fácil e exige um compromisso ético e cuidadoso de quem assume essa tarefa em reconhecer esses limites. Certo é que nem todos os assuntos da narrativa poderão ser evidenciados, bem como é necessário respeitar as vontades do investigado.

Em virtude disso, não citamos o local onde D. Maria mora atualmente porque entendemos que nesse novo lugar ninguém conhece a sua história, então é uma forma de preservá-la de inferências e exposições semelhantes as que ela viveu no período do julgamento. Do mesmo modo, algumas partes do seu relato foram cortadas a pedido dela. Embora ela não hesite em narrar sua história porque considera que é em virtude do apoio recebido que conseguiu ser absolvida, ela seleciona o que considera digno de ser memorável, não só porque narrar memórias de violência envolve inúmeras dificuldades, bem como porque a narrativa do passado é seletiva.

Após a entrevista, passamos o restante do dia conversando e ela aproveitara para mostrar-nos o dossiê composto por manchetes de jornais acerca do seu caso e algumas fotos, explicando-nos pacientemente o tempo congelado naquelas imagens. Após despedir-nos da sua filha e netos, acompanhou-nos até a entrada do povoado e enquanto aguardávamos um ônibus para nossa cidade ela olhou o dossiê que gentilmente havia nos concedido e que carregávamos e percebeu que estava sem pasta, nos pediu a máxima cautela ao carregá-lo de modo que não percebessem do que se tratava, pois toda a sua história estava ali.

O cuidado de D. Maria demonstra que as experiências que se encontram narradas no dossiê não são somente produtos de um passado muito recente, como também estão fortemente conectadas ao seu presente. Dada a dimensão do impacto da sua narrativa, ela reconhece as alterações que as suas memórias, se tornadas públicas, poderiam causar no seu contexto atual (SALVATICI, 2003, p. 11). Recomendou então que ao tirássemos cópia o envelopássemos e deixássemos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais na mão de duas pessoas de sua confiança. Ao tirarmos cópia, prontamente, envelopamos o dossiê, colamos as bordas e o entregamos onde havia recomendado.

Realizamos somente uma visita à D. Maria, em virtude de termos obtido as informações necessárias para a realização do trabalho, as quais foram complementadas com as informações existentes nas documentações anteriormente levantadas e que nos permitiram a reconstrução da sua trajetória que, conforme observado, se conecta com a de inúmeros camponeses que também tiveram suas vidas marcadas pelas violências do desenvolvimento adotado pelo estado.

2. “A GENTE MORRE E RESSUSCITA TAMBÉM”: MEMÓRIAS DE VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA

Natural da cidade de Esperantina, no Piauí, D. Maria deslocou-se com uma tia para a região do Médio Mearim, no Maranhão, em 1969, empurradas pela necessidade de melhores condições de vida, voltando logo depois. Retornando para o Médio Mearim posteriormente junto dos seus pais.

Esse trânsito migratório representou não somente a mudança de um lugar a outro mas de um tempo a outro (MARTINS, 1986). Ao chegar à região, D. Maria deparou-se com uma temporalidade muito diferente talvez da vislumbrada através das narrativas dos seus pais. O Médio Mearim vivia um processo de transição do “*tempo das terras sem dono*” para “*o tempo da grilagem e da expropriação* de inúmeros trabalhadores rurais” (FERREIRA, 2016, p. 85).

A trajetória de D. Maria se interligou com a de tantos outros nordestinos, principalmente cearenses e piauienses, que migraram “pra escapar” da seca e das condições sociais adversas, conduzidos pelo objetivo de encontrar terras livres onde seria possível implantar suas lavouras de forma autônoma, uma vez que o Médio Mearim havia se constituído como um eldorado, rico em terras férteis e florestas que possibilitariam as práticas necessárias para a subsistência, pelos menos por um período de média duração (ARAGÃO, 1997; FERREIRA, 2016). Essa disponibilidade de terras sem dono possibilitou o desenvolvimento de uma agricultura itinerante que após a colheita da safra exigia descanso para o solo, o que demandava o deslocamento para outra área até que a anterior recuperasse a fertilidade e, dada a abundância de terras, isso não se constituía problema (MARTINS, 1989).

Entretanto, a memória acerca da região representada nas narrativas dos retirantes como a “terra dos bons ventos e *terra sem dono*” e “da alta produtividade de arroz e de outros gêneros agrícolas que funcionam como elementos de atração em tempos secos ou chuvosos” (FERREIRA, 2016, p. 90), passou também a ser habitada pelas narrativas do progresso e do desenvolvimento que enunciavam novos tempos (COSTA, 1997) e que trouxe com eles a impossibilidade das esperanças que moveram os migrantes até o Maranhão.

O “novo Maranhão” que se projetava mostrou-se “altamente impactante sobre populações e ambientes e resultou no confronto com lógicas diferenciadas de ocupação e uso de territórios e recursos”, além de “alterar o modo de vida das populações locais através do reordenamento social

e espacial de áreas destinadas à implantação” dos projetos de desenvolvimento (SANT’ANA JUNIOR, 2009, p. 4-6). Assim, esse tempo que se projetava e que surgiu com o propósito de construção de um novo estado, passou a ser um marco temporal na história de D. Maria, bem como nas memórias e nas histórias de vida de inúmeros sujeitos que assim como ela deslocaram-se para a região.

O Maranhão e o Piauí possuem grande incidência de babaçuais, sendo a prática da quebra do coco aprendida ainda criança pelos camponeses e com forte atuação das mulheres, se consolidando em virtude disso, conforme Barbosa (2013), como coletiva e feminina. D. Maria aprendeu desde cedo a tarefa que era a principal atividade econômica de algumas famílias na região e, por ser a mais velha dos irmãos, era a responsável por ajudar a mãe nessa atividade, enquanto o pai trabalhava na roça, estando essa divisão das tarefas associada às divisões sexuais e etárias que envolvem as relações de trabalho nesse universo camponês (BARBOSA, 2013).

[...] eu era mais velha da turma né? Aí eu tive que trabalhar mais mamãe pra dar comida pros menor. Aí nós ia quebrar aquele coco, passava o dia todim no mato quebrando aquele coco, papai trabalhando de roça. E quando nós chegava de tarde, a mamãe media aquele coco, mandava eu pro comércio pra pesar aquele coco pra vender pra trazer comida pra gente comer [...] A gente só escapava mesmo porque Deus é grande. Eu tenho um irmão que ele tem pavor de fome porque ele passou muita fome quando era pequeno. Um dia tinha uma mulher lá dona do comércio, aí ela disse eu vou ensinar os filhos aqui do lugar, os filhos dos morador, aí eu fiquei toda feliz. [...] Eu fui uma semana aí depois mamãe disse: não, minha filha, não dá certo você estudar não, negoço de estudo, deixa isso pra lá, a gente vai é trabalhar porque a gente tem que comer né? (DONA MARIA, 2017)

O desenvolvimento e a “morte da pobreza” propagada pelo novo governo ampliou os limites estruturais da miséria (COSTA, 1997, p. 7) e a situação de vulnerabilidade em que se encontrava a maioria da população na região, contrastando com as estatísticas da economia do Nordeste que apresentava índices positivos e um elevado crescimento econômico entre 1965 e 1980. Em uma situação difícil se encontrava as famílias decorrentes “da distribuição extremamente desigual de renda e de riqueza, responsável maior pela criação de um oceano de indigentes que convivem com alguns poucos muito bem nutridos” (IPEA, 1995, p. 12).

A essa privação econômica se somou as necessidades advindas com a gravidez precoce de D. Maria que a obrigou à duplicação do trabalho desenvolvido, em virtude de ter que comprar os objetos para a filha que estava sendo gerada. Dois meses após o nascimento da criança, conheceu

Alonso Silvestre, tendo se juntado com ele aos 15 anos de idade. D. Maria teve mais sete filhos dos quais três morreram.

Ele já morava no Veloso e eu morava num lugar chamado Espírito Santo, município de Pirapemas, nesse tempo até carro lá era difícil a gente ver. Aí Alonso era padeiro, ele passava lá vendendo pão na época, aí separado da mulher há 10 anos já, aí sozinho tinha medo de juntar mulher e não dá certo, aquela coisa toda. [...] Aí ele se informou por lá, me viu, o pessoal disseram que eu era uma pessoa bacana, mas vivia só e tal e, talvez, eu até tava precisando dum marido, já tinha uma filha... Nesse tempo mulher quando ficava assim era discriminada. Ele procurou minha família, como eu só tinha 15 anos, meu pai veio aí conhecer a família dele também, no Veloso, aí foi que meus pais disseram que era bom eu me juntar com ele, eu já tinha uma filha, aí nós se juntamos (DONA MARIA, 2017).

Depois de casada, motivada pelo marido, passou a desenvolver a atividade de costura que sempre desejou, embora a atividade de quebrar do coco ainda lhe despertasse interesse: “[...] *queria era ir pro mato quebrar coco e ele sempre brigava porque quem quebrava coco sempre era quebrada, tinha pavor*”. Contudo, relata que o fato de não necessitar realizar a atividade extrativa mostrava as mudanças significativas pelas quais havia passado, referindo-se às dificuldades enfrentadas na infância e durante sua primeira gravidez, quando teve que quebrar coco para comprar o enxoval da criança. Destacou que a realização da atividade nessa nova fase da sua vida estava relacionada muito mais a uma prática de lazer.

A família tinha como principal meio para a manutenção a agricultura de subsistência, cuja produção era assumida por Alonso. Além das atividades da casa e dos cuidados com os filhos, D. Maria realizava costuras e atividades artesanais que também eram oferecidas à vizinhança. Alonso era engajado no sindicato da região e, em 1987, tornou-se delegado sindical, o que a causava medo em virtude de morarem em “terras de dono” e por conta dos cartazes que frequentemente levava para casa, os quais apresentavam imagens de trabalhadores assassinados nos conflitos, o que ela considerava um mau exemplo aos filhos.

Não apoiava o meu marido. Eu ouvia muito a rádio Jainara. Todo dia falava de lavrador morto por causa de terra. Fiquei com medo e tentava tirar Alonso disso. Agora entendo Alonso. Ele dizia pra mim que se ele morresse era porque era a sorte dele, mas que não iria deixar os seus companheiros lutando sozinhos. Ele tinha que lutar era ali mesmo, porque pra onde ele fosse tinha dono. Hoje eu compreendo que a gente é cidadão e não consegue nada sem lutar (JORNAL TEMPOS NOVOS, 1995, p. 6).

Antes de Alonso assumir a direção do sindicato, em 1985, os conflitos haviam se intensificado em razão das possibilidades acenadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual foi uma forma do então presidente do país, José Sarney, “capitalizar prestígio e, sobretudo, legitimidade”. Assim, o plano que “visava conter a violência que grassava no mundo rural brasileiro – vitimando dezenas de trabalhadores abatidos sob a pecha de “invasores” da propriedade privada – na mesma proporção em que crescia a capacidade de organização e mobilização dos homens no campo” (MENDONÇA, 2010, p. 90), gerara indignação entre os proprietários de terra e o aumento dos conflitos.

Em 1989, foi encontrado morto um dos proprietários envolvidos nos conflitos que se sucederam na região em virtude da disputa pela posse da terra onde era localizado o povoado Alto Grande, em São Mateus, ocupado desde 1971 por algumas famílias provenientes do Piauí. Recaiu sobre os trabalhadores a acusação do assassinato (CPT, 1995).

Com Bernardo, que comprou a área em 1988, o conflito foi acirrado. Por várias vezes o Estado através do INCRA, do ITERMA e da Justiça foi procurado para intervir, nunca chegando a nenhuma solução. O “Dr. Assis”, do INCRA, prometeu desapropriar a área. Em 1989, um dos proprietários envolvidos – Jessé, presidente da Câmara de Vereadores de São Mateus – ingressou na Justiça com uma ação possessória, pedindo a reintegração de posse [...]. Em junho de 1990, Bernardo é encontrado morto em uma estrada que dá acesso à Alto Grande. A família dele culpou os lavradores (INFORMATIVO DO COMITÊ MARIA RODRIGUES DOS SANTOS GOMES *apud* CPT, 1995, p. 8).

Em virtude da sua atuação no Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Mateus-MA Alonso foi morto, em 19 de novembro de 1990, no povoado Veloso, onde morava com a família. Presente no momento do assassinato, juntamente com dois dos seus filhos, D. Maria entrou em luta corporal com o assassino, Marino Santos, e acabou matando-o. Marino era policial militar e realizava atividades extras nas horas vagas, como a de pistoleiro. Foi encontrada em seu bolso uma lista com nomes de outros trabalhadores que provavelmente também seriam executados, evidenciando “a conjugação e a possível alternância das matrizes e formas de violência perpetradas contra os trabalhadores rurais” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 22).

Marino havia começado a frequentar as localidades do povoado no início do mês de novembro daquele ano, procurando conhecer Alonso. D. Maria o havia encontrado antes do

ocorrido quando ele se dirigiu à sua casa à procura de seu marido e desde esse momento afirma que o seu coração não se deu com o dele: *“nós tinha costume de oferecer comida quando o pessoal chegava meio dia, deu vontade de eu oferecer, aí depois assim meu coração pediu pra mim não oferecer nada pra ele mesmo”*. As suspeitas da trabalhadora foram confirmadas “quando vê o pistoleiro disfarçado de “crediarista” assassinando seu marido. A partir daí, frente à agressão, define sua posição como tentar escapar ou morrer, através da seguinte expressão: ‘... era a língua ou o beijo’” (ANDRADE, 1997, p. 17).

D. Maria,

[...] em meio à confusão armou-se com um pedaço de pau e bateu na nuca do homicida, que caiu imediatamente no chão, aplicando-lhe depois outras pauladas nas pernas, até que o mesmo já não pudesse levantar. Não satisfeita, quando a vítima já não podia esboçar qualquer ato de defesa, a denunciada pegou o facão e cravou-o no pescoço do Soldado, após ter tentado fazê-lo no peito e na boca, não obtendo sucesso (PRIMEIRO CARTÓRIO, 1991, p. 3).

Nos exames cadavéricos contidos no Processo de D. Maria (66/91), do Primeiro Cartório do Crime de São Mateus, consta que a causa da morte de Marino foi “hemorragia profusa por lesão de órgão vital produzida por arma branca”. Em decorrência da luta corporal travada com ele, D. Maria também apresentava lesões corporais decorrentes de agressão física (pontapés) e a mão armada (facão). A trabalhadora afirmou que lutou muito com Marino até quando percebeu que ele já não reagia, porém, sua intenção não era matá-lo, mas impedir que fugisse.

Aí quando ele chega perto do Alonso ele sacou a arma, aí disse que o que ele queria com ele era aquilo. Alonso ainda se mexeu mas não foi muito... Sei que ele caiu. Eu tava em cima do monte de madeira, com tudo que ele caiu – eu não sei minha filha, sinceramente, que até hoje eu não sei como foi que isso aconteceu, Deus mesmo sabe – aí eu peguei um pau. A arma que ele atirou no Alonso, Alonso caiu por cima da arma, ficou debaixo dele. Aí eu peguei um pau e mandei, comecei a pipinar ele, me jogar os pés, me deu várias pesadas, isso aqui meu [região da barriga] ficou tudo roxo, eu ainda me cortei, cortei minhas mãos aqui, minha aliança ficou enfiada assim de tão inchada minhas mãos ficaram. E aí eu fui, lutei muito com ele até quando ele acabou as forças. Eu pensei assim: eu quebro as pernas dele e ele não corre, mas aí foi tipo assim, eu fui além. Não sei como, eu sei que eu terminei dando um golpe nele com facão e ele morreu com esse golpe. Com esse golpe que eu dei nele ele tava vivo ainda, mas as pernas dele tavam tudo quebrada. Quando eu enfiei o facão nele, esse facão comprido que homem trabalha, aí ele ainda disse uma palavra pra mim: tu me matou desgraçada. Eu sai de cima dele, eu vi ele revirar os olhos mesmo. Morreu mesmo. Mas o facão enfiou que enfiou na areia do outro lado (DONA MARIA, 2017).

Após o ocorrido, D. Maria teve que ausentar-se da cidade, pois os responsáveis e as motivações do assassinato do seu marido ainda eram desconhecidos e, em virtude disso, poderia sofrer alguma retaliação. A trabalhadora retornou à cidade três dias depois do ocorrido, apresentando-se à polícia e assumindo a autoria do ato. O inquérito policial comprovou as circunstâncias e concluiu que ela matou em legítima defesa. Porém, posteriormente, em razão de objetivos pré-determinados a trabalhadora teve seu discurso separado da sua prática e ideologizada como violência (GROSSMAN, 2000), sua prática foi classificada como homicídio simples por ter sido considerada “um meio desnecessário para repelir a agressão que sofrera seu marido, além da inexistência de ponderação no seu procedimento” (PRIMEIRO CARTÓRIO, 1991, p. 3). A trabalhadora foi mandada a júri popular, realizado no dia 27 de setembro de 1995, na cidade de São Mateus.

Para D. Maria a mudança nos rumos do processo se deu em virtude de serem trabalhadores os envolvidos, pois considera que “*quando morre um lavrador, a Justiça nem se interessa, quando morre um pistoleiro, todo mundo se mete*” (CPT, 1995, p. 29), sendo ainda barrada e descreditada sobre a autoria do seu ato por imaginarem que estaria assumindo a culpa para defender outra pessoa, situações essas que considera constrangedora, como ser “mastigada” pela juíza que estava analisando seu caso e que a chamou para uma conversa informal, de mãe para mãe, com o intuito de que relatasse a verdade dos fatos acerca de quem havia matado Marino, uma vez que como mãe a entenderia.

A própria juíza ela mandou me chamar na casa dela, eu fui. Aí cheguei lá ela disse: não, Dona Maria, hoje eu não sou juíza, hoje eu sou mãe igual você, não sou juíza hoje, sou Meire – o nome dela era Rosemeire –, eu lhe chamei pra nós conversar aqui, duas mãe. Eu: tudo bem. Ela disse: olha ainda tá em tempo de você entregar quem fez isso com seu marido e se sair pra você cuidar dos seus filho, a gente... Eu tenho minhas dúvida. Eu digo: doutora, deixa eu lhe fazer uma pergunta: você tá dentro de casa com seu marido, com seus filho – eu não sei nem donde eu tirei isso, mas eu tirei e perguntei pra ela –, você sabe que cobra cascavel mata né? É muito difícil um sobrevivente com uma cobra cascavel, ela chega do nada e entra na sua casa, você sabe que cobra ela anda por aí né? Ela não diz a hora que vem, ela entra dentro de casa, você sabe que ela vai morder ou você ou seu filho ou você mesma... Você podendo se defender dela você vai deixar ela lhe morder? Você sabendo que a picada dela mata? O que a senhora vai fazer? Ela ficou sem palavra. Eu digo: eu tô só dando um exemplo, foi o que aconteceu comigo, ou eu fazia ou ele fazia comigo (DONA MARIA, 2017).

Havia sido registrados nos últimos 20 anos na região 1830 casos de assassinatos envolvendo camponeses ou pessoas ligadas a eles, desse total apenas 4% dos casos tiveram julgamento e houve condenação só em 2% deles (CPT, 1995), desse modo, ao questionar a “legalidade da injustiça” (DUSSEL *apud* RANGEL, 2004), D. Maria refere-se ainda à rapidez no andamento do seu julgamento, visto que as violências cometidas contra outros trabalhadores não despertaram o mesmo interesse dos órgãos competentes: “*o único caso que tá andando dentro de três anos, a justiça tomando providência na maior rapidez, né, porque querem que eu vá ao jurado, por causa disso, porque eu sou uma camponesa, uma mãe de família*” (ANDRADE, 1997, 107).

Os quadros demonstrativos acerca dessas ações de violência possuíam alguns aspectos, como uma evidente intencionalidade de “desorganizar redes de solidariedades essenciais ao exercício das atividades produtivas”. Em virtude disso, “mata-se pai e filho, marido e mulher, sogro e genro, vizinhos e compadres, cujas relações sociais numa reciprocidade positiva, constituem o elemento essencial para assegurar um processo de produção permanente” (CCA *apud* ALMEIDA, 1993, p. 15). Embora havendo registros de mulheres também mortas nos conflitos, essas se deram em menor número, “pois as mortes eram geralmente dirigidas aos homens em fase adulta ou aos filhos mais velhos, ficando as viúvas e os filhos órfãos em uma agravante situação no sentido de continuar subsistindo” (PROJETO MOVIMENTO, 1993, p. 2).

Entretanto, isso não significa que as mulheres não participaram desses processos de luta, pois foram não apenas atingidas por essas ações de violência como também atuaram contra elas, direta e indiretamente, e sua participação guarda algumas especificidades. É evidente que as imagens de oprimidas e de vítimas frequentemente conferidas a elas não condizem com as suas diversas formas de colaboração, havendo ainda aquelas que exerceram uma opressão ou tornaram-se “protagonistas do ressentimento” ao transformarem a perda familiar em demanda por justiça por meio da vingança (BARREIRA, 2001).

O assassinato de Alonso demonstra um dos aspectos dos crimes de pistolagem, no qual mulheres também assumiram a tarefa de mandante atuando como agenciadoras de violência. Na lista encontrada no bolso de Marino constava o nome da “proprietária” da área em conflito e o número de telefone da sua madrasta, as quais foram apontadas como responsáveis pelo assassinato. D. Maria e a “proprietária” são impulsionadas por sentimentos distintos ao tentarem

defender a vida dos seus companheiros, porém surpreendem porque subvertem as visões que tentam atá-las a um imobilismo social, como vítimas, subjugadas, dominadas (ANDRADE, 2007, p. 450).

Para que se tenha uma ideia preliminar dos rumos que tomaram o inquérito policial e o processo que o seguiu, as duas mulheres listadas integram o rol de testemunhas de acusação de Maria. E a julgar pelas implicações dessas duas mulheres, elas hoje procurarão fazer tudo para que em parte, pelo menos em parte se cumpra a lista assassina que teriam ditado. E isso pelo empenho que terão em incriminar a lavradora, buscando sua condenação, o que será uma forma de também matá-la em vida. (O DEBATE GERAL *apud* CPT, 1995, p. 24).

Para Souza Filho, (1997, p. 73) “as instâncias que a julgaram foram as mesmas que a negaram o direito à justiça visto que perdeu seu marido, assassinado pelo pistoleiro, na mesma situação que lhe transformou em ré”. Apesar da qualificação dada pelo Estado e das acusações sofridas passando a ser vista como um “monstro”, D. Maria não se considera assassina, demonstrando que “o menor descuido ou passo em falso na vida cotidiana pode resultar em experiências trágicas” (ANDRADE, 1997, p. 16), bem como qualquer pessoa em situação de desespero faria o mesmo que ela.

Os sentidos conferidos à sua ação estão desvinculados das noções conferidas pelo Estado porque nascem da consciência do povo, bem como das entidades e movimentos que a apoiaram, contrapondo-se às normas vigentes, as quais se encontram assentadas numa concepção prática e limitada de direito (RANGEL, 2004). Desse modo o andamento do processo com todas as marcas provocadas é vivido e pensado como penalização, o que para ela descartaria a necessidade de júri (SOUZA FILHO, 1997, p. 74). Soma-se a isso a legalidade do seu ato que considera ter beneficiado não somente a ela, assim, se condenada, os trabalhadores assassinados em conflitos na região, suas viúvas e os trabalhadores que se encontravam na lista seriam condenados juntamente com ela.

A partir do contato com o complexo mundo jurídico e com os sujeitos responsáveis por aplicar as normas, a questão do Direito aparece no horizonte de compreensão e na cotidianidade de D. Maria. Assim, as constantes idas para audiências, o diálogo com os advogados de defesa, ser chamada de forma arbitrária pela juíza que estava conduzindo as investigações, possibilita-lhe

“juridicizar-se” e o Direito vai sendo percebido como direitos humanos que se tem e que é necessário exigir para obter o pleno respeito e o gozo desses direitos (RANGEL, 2004, p. 220).

D. Maria então afirmou:

[...] eu espero que a justiça faça justiça ao lado do menor, porque não é só eu que me sinto prejudicada nesse caso aí, né. Porque muitos lavrador foi assassinado, pois nós tem um movimento de viúvas, né, com muitas viúvas e todas uma história só [...] se ele [o pistoleiro] mata e vai embora, jamais justiça vai atrás dele lá onde quer que seja. E se ele [o pistoleiro] tivesse me matado, matado o meu marido, justiça não tava atrás dele não, tenho certeza absoluta, porque é o que nós vê [...] quem devia tá nesse banco de réu era a mandante, que o nome se encontra na lista, mas quem vai sou eu ao contrário, vai primeiro (ANDRADE, 1997, p. 24-32).

Como não pôde ausentar-se da cidade enquanto aguardava o período do julgamento a trabalhadora decidiu não mais voltar para o povoado onde morava com Alonso porque “*não tinha mais clima de morar lá*” e porque ficou com medo, pois “*como entrou esse, essa pessoa logiada como alguém alojeia prá matar meu marido, podia entrar prá me matar também*” (ANDRADE, 1997, p. 33).

D. Maria foi absolvida por legítima defesa, porém sabia que sua vida mudaria “*tanto se eu for condenada quanto absolvida. Nada mais será o mesmo*” (CPT, 1995, p. 29). Após o julgamento mudou-se para a capital do estado, onde terminou de criar seus cinco filhos com os ganhos adquiridos do trabalho de cozinheira. Embora não gostasse da vida citadina, essa foi a forma encontrada de distanciar-se das memórias ligadas àquele lugar, das inferências de algumas pessoas que a barravam buscando negar sua participação e querendo saber o “verdadeiro” acontecido. Mesmo que o Estado tenha comprovado a legalidade do seu ato, ou seja, que o crime não existiu, o entendimento que o permeia difere do entendimento que perpassa os grupos sociais e comunidades. Assim, para estes, embora não haja culpabilidade, houve uma ação ilegal, sendo este entendimento o que determinará a visão que se construirá acerca da trabalhadora.

Embora ela não se considere assassina, mas vitoriosa, tendo matado Marino porque Deus assim quis, o medo das acusações e dos julgamentos fará com que mantenha um silêncio sobre seu passado, não no sentido de anulá-lo ou negá-lo porque afirma que isso seria impossível, mas porque reconhece o controle exercido pela sociedade. Essa opção pelo silêncio tem seu preço (GROSSMAN, 2000), uma vez que é obrigada a silenciar o que considera ter se constituído como

motivo de orgulho pela resistência empreendida em defesa coletiva: de si, do marido, dos filhos e dos trabalhadores citados na lista.

Além do silêncio imposto sobre suas memórias pelo Estado e pelos grupos/comunidades há também a vontade de silêncio (JELIN, 2001), de não despertar memórias que trariam sofrimento aos filhos, principalmente aos dois que estavam presentes no momento do ocorrido e que logo após foram separados numa tentativa de não comentarem entre si e, conseqüentemente, acabarem esquecendo. Ela nunca conversou com eles sobre o acontecido, assim também eles nunca a questionaram, o que a alivia pois, para ela, significa que nela confiam.

Graças a Deus que eles dizem que sou uma heroína. Me conforma né? Porque eles entendem. [...] Aí meu filho me vê assim né? Se meus filhos me visse assim: mamãe é uma assassina eu ficava muito... Eu não sei nem se eu resistia porque é difícil né? [...] Eles acreditam muito em mim. Eles nunca me perguntaram essa história, nunca. Os dois que estavam presente também nunca se comentaram. O outro era tão pequeno, tinha seis anos só, aí eu não sei, eu não sei se lembra também. Eles ficaram separados os dois pra não ficarem juntos sabe? O padrinho do mais velho levou ele pra casa dele até eu arrumar uma casa pra eu morar mais eles né? Quando eu arrumei uma casa vieram todo mundo. Aí o outro ficou comigo, pra evitar de tarem [comentando] né? Espero que eles se lembrem mas se lembrar meio esquecido mesmo, porque é difícil (DONA MARIA, 2017).

É interessante atentar que o silenciamento do passado de D. Maria não implica a anulação dos sentidos construídos acerca dele, os quais se constituem como um grito de liberdade e evidenciam a forma encontrada de dar sentido à sua ação. Por mais que haja um controle, não mais pelo Estado, mas pela sociedade que insiste em tipificá-la, ela recusa essa denominação e subjetivamente se autodefine vitoriosa, demonstrando uma não passividade ou nas suas palavras: “*a gente morre e ressuscita também*”. Desse modo, é possível compreender o ressuscitar da trabalhadora como a aceitação da perda e a construção de uma nova vida marcada pela emergência de um novo sujeito que surge entre o luto e a luta, a partir do seu ingresso no movimento e das contribuições deste na elaboração de seus sentidos subjetivos e na sua formação política, transformando a dor em benefício próprio e aprendendo a viver com ela.

2.1. “Uma mulher matar pistoleiro?”

Tipo assim, se fosse um homem que tivesse matado ele talvez não tivesse passado por tanto constrangimento, do pessoal tá desacreditando, tá perguntando, querendo saber, porque a gente vê todo dia homem matando outro. O problema é que eu era uma mulher e todo mundo ficou: uma mulher matar pistoleiro? (DONA MARIA, 2017)

A narrativa e as memórias de D. Maria possibilitam revisitarmos os conflitos ocorridos no campo maranhense e reescrevê-los a partir de outro olhar, de quem agiu não apenas como vítima das transformações sociais e econômicas que o atingiram, mas como quem sobreviveu e resistiu à tentativa de esmagamento provocado pela força do capital que se reproduziu apropriando-se das condições materiais de grupos/comunidades e produziu não existências. Assim, quando as memórias de D. Maria são expressas observamos a resistência empreendida à tentativa de dominação de corpos já “marcados pelas temporalidades dilaceradas das contradições sociais” (MARTINS, 1986, p. 43) e que carregam consigo esse tempo do qual são representativos.

É possível apreender através das narrativas de D. Maria que a história não é imutável nem fixa, bem como os sujeitos que a vivenciaram não são estáticos. Ao contrário das representações que muitas vezes descrevem as mulheres presas em suas casas esperando pacientemente pela volta dos maridos, enquanto eles lutavam pela terra (BORGES, 2013), D. Maria apresenta outras versões para o passado ao demonstrar seu protagonismo e a opção por se manter longe desse *locus* “subversivo”, conduzido pelos padres “comunistas”, bem como ao relatar os vários esforços empreendidos ao tentar afastar seu marido, valendo-se dos filhos, do fato de morarem em terras de dono, do risco de morte.

No jogo de forças que se desenvolvia no Maranhão ainda eram muito presentes os resquícios da ditadura militar e que se reproduziram no campo através dos projetos de desenvolvimento cuja forma de implantação e de funcionamento guardava aspectos próprios dos governos que o adotaram e que exerceram uma pressão sobre as famílias camponesas, obrigando-as a deslocamentos compulsórios, destruindo suas condições para manutenção e reprodução da vida. Entretanto, as pressões exercidas pelos processos estruturados foram vividas pelos sujeitos de maneira diferenciada, bem como as respostas elaboradas também apresentaram variações, desafiando e fugindo das previsões deterministas que concebem a vida como dominada pelos processos históricos e minam qualquer capacidade de autonomia dos sujeitos (THOMPSON, 1981).

Uma mulher matar pistoleiro evidencia que “*la structure* ainda domina a experiência” mas que “as pessoas experimentam suas experiências como sentimentos e lidam com esses sentimentos” (THOMPSON, 1981, p. 189) nas suas cotidianidades. E que “diferentemente da planta e do animal, o ser humano não é simplesmente um exemplar de sua espécie, porque está escrita em sua essência a capacidade de começar e de desviar” (DROYSEN apud LORIGA, 2011, p. 97). Essa capacidade progressiva se visualiza em D. Maria que, permeada pela dor, teve que se reinventar, impulsionada pela situação diante da qual se encontrava e pela necessidade de continuar sobrevivendo.

Quando a trabalhadora reagiu à violência sofrida o espanto diante da sua contra violência se deu porque a “*gente vê todo dia homem matando outro*”, porém também desafiou o monopólio da violência legítima exercida pelo Estado (ALMEIDA, 1997). Das ações de D. Maria emergiram consequências não planejadas, não imaginadas acerca dos resultados que se sucederiam, o que nos faz perceber que o poder não é prerrogativa de determinados sujeitos e característica das situações de dominação, mas assume formas variadas se encontrando em todos os níveis de relações (ELIAS, 1999). Assim, como ela bem afirma “*naquele momento podia ser homem, podia ser mulher [...]. Ele foi pra matar, então quem tivesse lá perto, se ele pudesse não deixar pista claro que ele não ia deixar*”.

Algumas das consequências advindas dessa experiência podem ser vistas e percebidas e outras apenas imaginadas e sentidas, porque ao indicar o lugar onde reside sua dor D. Maria encontra o nosso corpo e, ao menos por um momento, sua dor pode nos habitar (JIMENO, 2008). Um dos impactos visíveis do vivido é que sua vida foi dividida ao meio³ ao ser afetada pelo crime de vingança que pretendia atingir seu marido e servir de alerta aos demais trabalhadores, mas que a atingiu diretamente ao obrigá-la a uma ação não planejada.

O ingresso de D. Maria no espaço político representa o “giro” na sua vida e que deu origem a outra mulher, possibilitando outras interpretações sobre o vivido, e os motivos que impulsionaram o seu marido a permanecer na luta pela terra passaram a ser compreendidos, assim como também a impulsionaram, levando-a a considerar que, apesar da maneira que ele morreu,

³ Aqui recorro ao romance *Abril Despedaçado* de Ismail Kadarè que narra sobre o crime de vingança, um costume ancestral, numa comunidade montanhosa no norte da Albânia. Obrigado a vingar a morte do seu irmão dentro de um mês, Gjorg teve sua vida dividida ao meio a partir desse momento porque também se tornou “marcado parra morrer” em virtude do ciclo de violência legitimado pelos valores locais. O livro oferece chaves para compreender determinadas relações de força que se sucederam no interior do estado, como no caso de Dona Maria que foi afetada por um crime de vingança praticado contra seu marido.

ele “*morreu feliz, pois morreu dentro da luta que ele queria lutar*” e que “*ele lutou já sabendo o risco que podia acontecer*”. Nessa perspectiva também compreende a sua experiência com todos os descréditos, questionamentos e descrenças sofridos e considera que “*do jeito que ele foi firme na luta dele que terminou ele dando a vida dele por essa área que nem nós nem os filhos dele se lucraram [...] também fui firme pra lutar pela minha absolvição*”.

A interpretação de D. Maria demonstra a certeza que ela possui acerca da sua atitude, sendo a opção pelo silêncio e a decisão de “pular” algumas partes, “narrar até onde desse”, “uma proteção de si e de sua história” (TELES, 2007, p. 67), pois se a memória oficial construiu outra verdade acerca dos atores sociais que reagiram contra as violências no campo, a trabalhadora decide guardar silêncio porque reconhece a dimensão do impacto que suas memórias poderiam causar no presente, evidenciando que a memória não é neutra ao escolher o que pode sair da esfera privada (SALVATICI, 2003). Sua atitude pode ser, também, uma forma de proteger suas memórias do risco de esvaziamento provocado pelas classificações e ideologizações.

Embora em algumas situações o silêncio evidencie o sentimento de culpa que os sujeitos possuem guardado dentro de si (POLLAK, 1989), percebe-se que D. Maria é consciente que o seu ato foi um ato político, o que de algum modo contribuiu para o entendimento que ela construiu acerca de si própria, *uma heroína, uma pessoa vitoriosa*, como ela mesma fez questão de relatar. Nesse sentido, o silenciamento também seria uma forma de escantear para um lugar menos acessível do cérebro, para um lugar periférico esse acontecimento e assim poder seguir vivendo e construir uma nova vida, valorizando somente as recordações que valem a pena serem mantidas (IZQUIERDO *apud* TELES, 2007, p. 33).

A imagem que a trabalhadora construiu para si e apresenta a si e aos outros demonstra a forma como gostaria de ser percebida, sobretudo pelos filhos, tornando-se essencial na sua reconstrução e na superação da tragicidade⁴ vivida (POLLAK, 1992). Assim, quando reconstruiu sua imagem, os filhos tornaram-se referência porque materializam o que se espera de uma mãe, demandando uma imagem condizente com as práticas esperadas de cuidado e maternidade. A construção dessa identidade fugiu aos cercos da casa, entrando num campo de disputa com outros agentes que buscaram construir outra imagem acerca dela.

⁴ Este termo foi adotado a partir das reflexões de Andrade (1997). Embora não seja um conceito, ele possibilita uma melhor compreensão acerca das experiências aqui relatadas.

Em diversas partes das suas narrativas, presentes principalmente em jornais, é evidente a contribuição da Igreja, através das CEBs e da ACR na superação do vivido, uma vez que os conhecimentos bíblicos passaram a ser adaptados para a realidade do seu novo público, fornecendo a eles novas formas de interpretação da realidade. Assim, as memórias sobre sua história de vida enquanto janela para o seu universo subjetivo, cultural, social e ideológico são também uma janela para a história, refletem não somente pensamentos e sentimentos como de fato foram ou são (JAMES, 1992), mas também evidenciam as suas contribuições na elaboração da sua interpretação e no modo como essa experiência foi internalizada.

De acordo com Barbosa (2013, p. 166-167), essas entidades juntamente, com a CPT e a Cáritas, “eram as principais apoiadoras dos camponeses durante os confrontos. Com o auxílio da Igreja, por vezes, os trabalhadores eram poupados de maior violência e suas mobilizações e denúncias tinham maior visibilidade”. A rede de solidariedade que se formou em torno de D. Maria era constituída por sujeitos e grupos ligados à Igreja ou, em decorrência da sua capacidade de mobilização. Em virtude disso, era frequente nos jornais favoráveis à atuação da Igreja, entrevistas com religiosos que buscavam ressaltar o caráter legítimo da sua ação, bem como também eram comuns nos jornais opositores indagações acerca do fato da entidade apoiar a trabalhadora.

A Igreja Católica no Maranhão já tomou partido: no julgamento marcado para a próxima quarta-feira em São Mateus, a 180 km da capital, os bispos e padres estarão do lado da assassina. Em novembro de 1990, a trabalhadora rural Maria Rodrigues dos Santos Gomes, 35 anos, mãe de cinco filhos, presenciou o policial militar Marino Santos atirar em seu marido, Alonso Gomes com o revólver Taurus calibre 38. Maria não pensou duas vezes: voou em cima do PM com um facão do marido. Os dois lutaram. Mas o PM levou a pior, mesmo estando armado: Maria acertou-lhe um golpe no peito, matando-o na hora. “Foi legítima defesa”, diz o bispo de Zé Doca, Dom Valmir Valle. “E para não morrer, é compreensível que alguém possa matar”. A solidariedade prestada à ré é tanta que os 12 bispos do estado divulgaram uma carta defendendo-a (CORREIO BRAZILIENSE *apud* CPT, 1995, p. 19).

Quando as memórias de D. Maria invadiram o espaço público por meio de entrevistas a rádios e jornais, suas lembranças do ocorrido se somaram à vontade de denunciar os crimes cometidos contra a população camponesa, acoplando reivindicações múltiplas e imprevisíveis (POLLAK, 1989), valendo-se ainda da sua condição de mãe, lavradora e dona-de-casa como elemento afirmativo da sua dignidade. Contudo, por mais que a trabalhadora se apoie no amor e

na ética do cuidado, ações consideradas tipicamente femininas (JELIN, 2001), juntam-se a elas inúmeras outras reivindicações, como a demanda por justiça aos camponeses assassinados e a defesa da honestidade do seu marido e da vida de outros trabalhadores.

[...] é que quando morre um lavrador, ele [autor do crime] não é punido, mas quando morre um latifundiário, quando morre um pistoleiro, é punido como é a situação que tá ocorrendo. Porque essa defesa, esse acontecido, não foi só a defesa dos meus filhos, não foi só a minha vida, não foi só a vida do meu marido, mas dos quatro que ele tinha no bolso, os mandante que tão lá, a Justiça nunca quis nem saber nem de receber, de dar, de escutar, de ouvir como é essas pessoas e eu... (ANDRADE, 1997, p. 30).

Na década de 1990 as medidas de combate às informações opositoras ao regime militar continuavam em voga visando assegurar o controle por meio do abafamento de gritos divergentes às ordens nascidas nesse período, como as mobilizações por reforma agrária (BARRETO; BORGES, 2016). Entretanto ao mesmo tempo em que os procedimentos criados pelos grupos dominantes para reescrever a história (GROSSMAN, 2000) e silenciar as memórias “proibidas” funcionaram como uma forma de violência, eles também possibilitaram a criação de mecanismos para escoamento de contrainformação.

Desse modo, se determinadas memórias eram impedidas de tornarem-se públicas por não encontrarem espaço dentro da imprensa, isso não impediu a invenção de estratégias para escoamento de contra discursos que desafiaram a autoridade do discurso dominante. Mesmo que não tivessem esse claro intuito muitas formas de tornar público os discursos por meio de formas alternativas, funcionaram como resistência ao oferecerem outras informações divergentes das propagadas, como o Comitê D. Maria composto pelo NAV, pela ACR, pelo Movimento de Viúvas e pela CPT, que funcionou como um canal de informação diferente das veiculadas pelos favoráveis à condenação da trabalhadora, prestando informações à imprensa, dando visibilidade para o caso e contribuindo para a sua ampla divulgação e para mobilizar apoio de organizações de várias localidades.

A construção de outras verdades sobre o ocorrido seria o “trabalho de negação” da trabalhadora e das organizações que atuaram junto dela (SCOTT, 200), uma forma de resistência à hegemonia discursiva que teve êxito em alguns momentos, ao fazer com que muitas vezes a condenassem, mas que não conseguiu apagar a imagem que ela possuía de si e dos seus atos. A forma encontrada para opor os discursos daqueles que tentaram convertê-la numa assassina e

defendiam a sua condenação foi valer-se dos seus papéis e demandas que, para ela, por si só lhe davam o direito à absolvição sem necessidade de julgamento.

3. “A GENTE ENTROU NO MOVIMENTO DELAS”: GÊNERO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO MÉDIO MEARIM MARANHENSE

Às dores físicas e emocionais que a morte de Marino lhe causara, somou-se a dor da separação. D. Maria relata que “*quando foi para acontecer a morte dele [Alonso], tive um sonho, não sei se era alerta*”. Após 15 anos casados ela foi acometida pela perda inesperada do seu companheiro, com a potencialidade da desorganização, da paralisação e da impotência que a experiência da morte em vida ocasiona (KÓVACS, 1992, p. 150). Ao perceber que o seu marido estava morto, ainda confusa, já sentada no meio da estrada com os filhos encostados, afirma que “*podia chegar quem quisesse chegar me matava ali sentada porque eu não tive mais ação pra nada, só pra vir pra casa*”.

São diferentes as formas de viver esse processo de luto e a viuvez que é vivida conforme a situação de classe e de gênero (MOTTA, 2005, p. 11), mas também de acordo com os vínculos estabelecidos com o cônjuge que independem de classe social. Embora a condição de viúva fragilize porque, na maioria das vezes, são os homens os mantenedores do lar e a sua perda nesses casos ocasiona a desestabilização econômica e emocional diante das preocupações de ter que manter-se e aos filhos, o investimento afetivo e a forma com que a morte ocorre bem como o estado em que fica o morto (KÓVACS, 1992, p. 155) também contribuem para a internalização dessa experiência e para os sentidos construídos acerca dela.

D. Maria afirma que após a morte do seu companheiro teve que se “*virar sozinha, tive que ser marido, ser pai, ser mãe*” para criar os cinco filhos, pois “*ficaram sem pai, de repente ficar sem mãe, quando eles crescesse: ô mamãe por que a senhora nos abandonou? Você nova, podia lutar pela gente né?*”. Entretanto, considera que assim como Alonso “*lutou já sabendo o risco que podia acontecer*”, decidiu enfrentar as dificuldades que emergiram a partir da tragicidade.

Diante do vivido, a trabalhadora afirma que entrou em estado quase depressivo, de total desespero, “*chorava todo dia, não tinha plano, não tinha trabalho e não sabia o que fazer da vida. Até quando apareceu na minha casa o Padre Flávio Lazzarin com Maristela Andrade e Rosa Machado e me convidaram para entrar no movimento das viúvas*” (JORNAL TEMPOS NOVOS, 1995). Foi no Movimento de Viúvas Vítimas da Violência no Campo, formado por

mulheres com experiências semelhantes a dela, que D. Maria encontrou o lugar onde pôde compartilhar seus sentimentos e encontrar apoio.

Isso foi o que me ajudou a viver. Eu conheci esse movimento em 1992. Eu era completamente isolada. Tinha medo até de sair de casa. Isolada na minha casa, chorava sem saída e sem consolo. Minha família me recusava. Tenho uma tia que não dormia nem paga na minha casa. Tinha medo de pistoleiro me matar. Pra mim a vida tinha acabado. Não sabia mais pra que viver. Aprendi a viver de novo. Da mesma forma que enfrentei o pistoleiro pra proteger meus filhos. Tenho, agora, lutado pelos nossos direitos. Antes eu nem sabia que a gente tinha direitos. Eu achava que não era direito. Nós precisamos de justiça. O lavrador precisa viver. Ele é tratado como um bicho brabo (JORNAL TEMPOS NOVOS, 1995, p. 6).

Em 1989, por conta do grande número de viúvas de trabalhadores rurais assassinados em conflitos e da situação econômica em que ficavam essas mulheres com seus filhos, havia surgido as bases do movimento, como resultado da articulação da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), ligada à Igreja Católica. De acordo com um Projeto do Movimento de Viúvas, datado de 1993, “um grupo de quatorze mulheres recebiam uma pequena ajuda financeira oriundas de algumas famílias alemãs que não teria caráter permanente, daí a preocupação em se buscar alguma solução alternativa para a possibilidade do término da contribuição”.

A ideia de organização política do grupo se deu em 1991 por meio da contribuição do Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados em Conflitos de Terra (NAV/UFMA), que apontou a necessidade de “mobilização delas, no sentido de buscar seus direitos através de uma pensão por morte dos maridos ou mesmo uma indenização por parte do Estado, nos casos em que se evidenciasse sua participação ou omissão” (PROJETO MOVIMENTO, 1993, p. 3). O intuito era oferecê-las além das condições materiais para continuarem subsistindo, a percepção de “que a morte dos seus maridos estava relacionada a um contexto de luta e que cabia aos responsáveis pela morte a reparação da perda” (SOUZA FILHO, 1997, p. 145).

A possibilidade de uma luta conjunta passava necessariamente pela discussão de problemas comuns e dos meios necessários para solucioná-los. As primeiras reflexões começaram a ser feitas com esse grupo de quatorze viúvas e as entidades de apoio. Posteriormente, essas discussões se ampliaram em virtude de novos contatos estabelecidos com outras viúvas (PROJETO MOVIMENTO, 1993, p. 3).

Em 1991 havia sido realizado o 2º Encontro do Movimento para avaliação das suas situações após a morte dos seus maridos, do qual participaram viúvas de alguns municípios da região do Médio Mearim, como Coroatá, Santa Luzia, Pio XII, Bacabal, São Luís Gonzaga, Olho D'Água das Cunhãs e Lago da Pedra. Na carta final do encontro exigiam a abertura e o andamento dos processos, a pensão devida, escola para os seus filhos e apoio financeiro para continuarem cultivando a terra.

Constatamos que nossos maridos foram vítimas de criminosos frios, assassinos de aluguel, que não hesitaram de invadir nossas casas e, em alguns casos, matar nossos maridos em nossas camas. Constatamos que muitas de nós não só perdemos nossos esposos, mas que muitas de nós, não têm sequer o atestado de óbito dos maridos; não recebemos a pensão que nos é devida; que não houve justiça e que os assassinos continuam impunes. Em vista disso, resolvemos nos unir a outras viúvas do Maranhão e de outros lugares para exigir que o Estado tome providências para fazer justiça e reparar o mal que foi feito em nossas famílias. Não é possível que tantos crimes continuem a acontecer impunemente e que os assassinos continuem soltos, ameaçando outras famílias (CARTA DO 2º ENCONTRO DO MOVIMENTO, 1991).

As suas mobilizações não ficaram restritas ao estado, tendo se dirigido algumas vezes à Brasília para reivindicarem agilidade no atendimento de suas demandas e “determinação na condução do projeto de Reforma Agrária e justiça para punir os mandantes e assassinos dos trabalhadores rurais”, como noticiado no Jornal O Imparcial, de novembro de 1991. Os estados do Pará, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Tocantins somavam mais de 300 viúvas nesse mesmo período, no Maranhão haviam sido registrados, até a década de 1990, mais de 100 viúvas de trabalhadores rurais assassinados em conflitos de terra. Essa realidade trágica permitiu o contato entre elas e a realização do primeiro encontro nacional de viúvas de trabalhadores rurais, em setembro de 1991 (JORNAL O IMPARCIAL, 1991).

Em 1993 o movimento era composto por quase 50 viúvas e contava com o apoio de algumas entidades como o NAV, a ACR e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que criaram as condições necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos do grupo, como encontros, reuniões, visitas a outras viúvas e participação em eventos estaduais e nacionais. Eram remuneradas como forma de compensar sua saída na medida em que tinham que se ausentar de casa ou das

atividades agrícolas para desempenharem alguma atividade pelo movimento. (PROJETO MOVIMENTO, 1993).



Figura 1: **Integrantes do Movimento de Viúvas**⁵
Fonte: Guilhermina Aguiar (1990)

Embora o movimento seja resultante da guinada pela qual a Igreja Católica passou na década de 1960, motivada pelo surgimento de teologias progressistas a partir da qual houve uma opção pelos pobres e pela pastoral social (MARTINS, 1989) e a participação feminina esteja ligada a uma reelaboração e diversificação dos discursos relativos à mulher impulsionados, dentre outros fatores, pela difusão de novas definições de feminismo e pela denúncia da discriminação por sexo (ANJOS, 2009), desde 1950 a atuação da Igreja Católica no Maranhão estava voltada para o plano social e para a luta pela reforma agrária (LUNA *apud* BARBOSA, 2013, p. 165).

Antes da renovação no interior da entidade, que resultou no surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), “a religiosidade e a catequese do povo do Maranhão já eram sementes bem plantadas. As rezas, as desobrigas e o zelo pelas capelas em certas regiões anteciparam o seu início” (CLEMENS, 1985, p. 13). Assim, quando começaram no estado, a Ação Católica Rural,

⁵ Nas faixas na cabeça das viúvas está escrito o nome dos seus maridos e funcionavam como um elemento de identificação, como Maria viúva de Alonso, Terezinha viúva de Baixinho. As viúvas continuam sendo referenciadas a partir do nome deles.

posteriormente conhecida como Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), já estava se organizando. A mudança de nome ocorreu em virtude do envolvimento não somente de trabalhadores católicos, mas de outras igrejas também cristãs, o intuito era abranger a todos sem distinção de raça nem religião. Acerca dessa atuação, um dos integrantes das CEBs no seu início relata o seguinte:

Havia necessidade urgente de ser feito um trabalho nos interiores, onde já começavam a ter sérios problemas para os lavradores. Iniciava para os mesmos o grande martírio: o de viver e sentir na própria carne a dor do grande progresso do “Maranhão Novo” do Sr. José Sarney, que no seu plano de governo construía estrada para o escoamento das safras. Na verdade, o que não foi dito e não constou da propaganda é que as terras precisam ser griladas para enriquecer uma minoria dos maranhenses a deixar cada vez mais na miséria aqueles que, com seus labores penosos, cuidam da grande parte, ou melhor, a parte mais importante do Estado – a agricultura (CLEMENS, 1985, p. 26).

As CEBs passaram por muitas tensões provocadas pelo contexto social, político e econômico em que o Maranhão se encontrava e que resultou em mortes de muitos sujeitos. São comuns narrativas orais e escritas que documentaram violências físicas e mentais sofridas por trabalhadores e padres em virtude do caráter “subversivo” das suas ações, como a reivindicação por reforma agrária e política. Entretanto, também existiam as tensões internas nas comunidades decorrentes de “brigas até entre compadres, os que não dão valor à comunidade, perturbam as celebrações: nos chamam de subversivos e comunistas” e as divergências surgidas “por visões diferentes de Igreja entre as comunidades e a hierarquia (padres e bispos)” (CLEMENS, 1985, p. 59). Ainda de acordo com Clemens, essas tensões entre os religiosos ocorriam em virtude das opiniões discordantes em relação ao apoio destinado às CEBs, visto que a cúpula episcopal pouco acompanhava o desenvolvimento das atividades.

Mais tarde o Vaticano questionaria os teólogos brasileiros que possuíam uma estreita ligação com as CEBs, pois boa parte da hierarquia da Igreja apoiava os governos militares que assumiram o poder quando as comunidades de base emergiram. Estas tinham a tarefa de fomentar a participação dos trabalhadores dentro desse espaço e também fora, na vida política, o que contrastava com as decisões do regime, visto que a atuação delas tinha um claro intuito de dar voz aos trabalhadores e despertá-los para um compromisso cristão no mundo. Então, o próprio papel da Igreja junto às CEBs passou a ser questionado (CLEMENS, 1985, p. 16).

Entretanto, essas divergências não apagaram a contribuição da Igreja junto à população camponesa que funcionava como refúgio e asilo aos camponeses que pouco tinham alternativa, pois a polícia e a justiça estavam sob controle dos proprietários. Em decorrência do próprio comprometimento da Igreja foi possível perceber que a libertação dos trabalhadores passava pelo rompimento das cadeias que aprisionavam seus corpos e suas consciências (MARTINS, 1989, p. 87).

Percebe-se que foi com o surgimento das CEBs que a atuação da Igreja junto a esse “novo” público se intensificou e a visão acerca das mulheres sofreu algumas mudanças. Conforme Anjos (2009, p. 24), nas CEBs “houve uma massiva participação feminina e a mulher é pensada como o *elán*, a força motriz de mudanças sociais”. É nesse quadro de mudanças que o Movimento de Viúvas surgiu, sendo as trabalhadoras pensadas como “principais agentes da ação política, através do entendimento de que têm importante contribuição a dar na luta geral dos trabalhadores rurais” (SOUZA FILHO, 1997, p. 144-145).



Figura 2: **Mulher integrante das CEBs no Maranhão**
Fonte: CLEMENS (1985, p. 109)

A identidade de viúva tornou-se elemento condensador acionado por agentes externos que passaram a articular politicamente mulheres viúvas. Houve, então, a necessidade de uma atividade formativa voltada para sua organização (SOUZA FILHO, 1997). Mesmo que haja registros de viúvas que tenham se engajado politicamente em organizações, movimentos sociais ou outras formas de luta heterogêneas, como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) cuja existência foi marcada por uma diversidade de mulheres de diferentes faixa etária e cores (BARBOSA, 2013), o Movimento de Viúvas constituiu-se uma novidade em virtude da especificidade das suas componentes e do seu caráter organizativo. O contato estabelecido com viúvas de alguns estados evidencia a existência de mobilizações semelhantes, contudo no Maranhão, o movimento adquire outros contornos em virtude do apoio recebido e do envolvimento direto de agentes, como docentes e acadêmicos que contribuíram para o registro histórico acerca das suas ações.

Apesar de não receberem ameaças, com exceção de D. Maria, o que considera uma sorte de *“terem destruído com o marido, mas não mexeram com a família”*, o engajamento político também as despertava medo, conforme entrevista realizada com outra viúva integrante do movimento. Porém, havia uma preocupação constante e, em decorrência disso, frequentemente adotavam alguns procedimentos para se proteger dos riscos aos quais estavam expostas, como trocar a placa da casa para despistar possíveis procuras de pistoleiros, trocas frequentes de roupas e mudança de cabelo.

O movimento surgiu na região do Médio Mearim, onde existia uma maior concentração de viúvas, principalmente em Bacabal, como forma de luta por direitos e de reivindicação por justiça aos camponeses mortos em conflitos e de tirarem-nas da invisibilidade, do isolamento em que se encontravam. Como protagonistas, como narrado ainda por essa viúva, elas foram reeducadas, *“tornaram-se cidadãs”* porque antes do ingresso no movimento *“eram cristãs não cidadãs”*, pois desconheciam seus direitos. Além do desconhecimento de direitos, muitas desconheciam o trabalho político desenvolvido por seus maridos quando vivos, embora a maioria das mortes tenha ocorrido em função desse trabalho que se deu graças às contribuições delas, ao assumirem os cuidados com os filhos, o trabalho em casa e na roça, liberando-os dessas atividades (SOUZA FILHO, 1997, p. 144)

As regras e normas que regem as relações de gênero no universo camponês foram determinantes no grau de envolvimento de homens e mulheres na luta (ANDRADE, 2005, p.

184). Durante experiências de campo para outros trabalhos, ouvimos relatos de mulheres afirmando que mesmo não tendo participado de ações em alguns espaços davam proteção aos seus maridos, providenciando alimentação para levá-los enquanto permaneciam escondidos no mato, receosos de ataques de pistoleiros. A participação delas era de significativa importância porque, caso não providenciassem alimentos – por meio de pedidos de doações a outras famílias –, os seus companheiros não se alimentavam durante esses dias, pois não podiam se ausentar daquele local em decorrência dos barulhos que o deslocamento causaria. Em virtude dos riscos de serem barradas por pistoleiros que insistiam que elas sabiam o paradeiro dos maridos, colocavam a comida dentro de cofos (recipiente feito de palha de babaçu) a fim de que pensassem que iam quebrar coco e, desse modo, não levantarem suspeitas. Em outras situações, enquanto os maridos passavam dia e noite no mato, em virtude do medo despertado pela possível aparição de alguém à sua busca, as mulheres com seus filhos reuniam-se em uma só casa como forma de garantir a segurança e como uma forma de reciprocidade.

Essas memórias são comuns entre trabalhadoras que não participaram diretamente dos conflitos em virtude de terem que cuidar dos filhos e das tarefas domésticas ou porque eram barradas pelos seus companheiros, porém são silenciadas por não encontrarem vontade de escuta ou por serem dissidentes, isto é, por oporem-se à memória oficial. Esse alheamento às suas histórias contribuiu para que as memórias femininas constituíssem maioria no panorama das memórias faltantes acerca dos conflitos, não porque elas estivessem ausentes desse processo de luta, mas porque foram ignoradas “pela narrativa histórica tradicional que reserva-lhes pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas pouco aparecem” (PERROT, 1989, p. 9).

Assim, por mais que subjetivamente reconheçam a importância de sua participação nesse processo, elaborem respostas diante da inquietude decorrente dessas experiências, construindo sentido e palavras que as expressem, estes serão freados pelo sentido instituído como verdadeiro, em virtude da autoridade que representa e dos processos ligados às instituições que o legitimam (JELIN, 2001). Dentro desse contexto em que se encontravam as viúvas o Movimento apresentava-se como um espaço inovador por tê-las tornado “atrizes principais” de uma nova forma de organização e recomposição do mundo (GOHN, 2007). O que também demonstra o seu papel formador, a “contribuição da religião na imposição (dissimulada) dos princípios de

estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular do mundo social” (BOURDIEU *apud* MONTENEGRO, 2008, p. 26).

Convém destacar que a atuação das viúvas não se restringiu à reivindicação por indenização, havia a demanda pela permanência na terra e, conseqüentemente, de condições dignas de vida para si e para os seus filhos. Além disso, essas mulheres podem também ter se sentido livres para vivenciarem as descobertas e possibilidades advindas pelo ingresso nesse novo espaço.

Eu mesma uma vez fui pra universidade, lá pra UFMA, lá em São Luís. Aí a gente ficava meio “deconstrariada”, chegava lá descontraída. Era um bando de jovem tudo estudado aí a gente da roça, não sabe nem falar. Aí chegava lá: o que vamo falar pra esse povo? Esse povo é estudado, a gente não sabe nem ler nem nada. Aí [falaram]: não mas o que você vai falar pra eles é mais importante até do que eles sabem. Aí a gente falou muito, andou muito, falei muito com esse povo. [...] só vivia era andando, participando dos outros movimentos [...] Fomos falar com Collor, mas não conseguimos quem nos recebeu foi o Itamar Franco (DONA MARIA, 2017).

Além desses eventos, também participaram da visita do Papa João Paulo II a São Luís, em 1991, e do Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, em 1992, que contou com a presença do Nobel da Paz Adolfo Perez Esquivel, sempre incorporando a identidade de viúvas, vestindo-se totalmente de preto e provocando um grande impacto porque a força moral do luto era estabelecida (SOUZA FILHO, 1997, p. 143).

Embora o uso da identidade de viúva obedecesse às referências históricas, literárias e religiosas sobre o que é ser uma viúva, responsáveis por dar continuidade à luta do marido, nas quais são delegadas as suas vozes, vestindo-se e comportando-se como o esperado, sempre com aparência ensombrecida com roupas pretas de luto infundindo tristeza nos lugares públicos (THEBAÚD, 2000, p. 80), o seu emprego como elemento político acionado em momentos e espaços que lhes eram convenientes, evidenciam que ele era usado muito mais como mecanismo de enfrentamento do que como imposição. Além disso, apontam para as diferentes formas de viver a viuvez. As representações sobre o que é ser uma viúva, assim como as representações acerca dos lugares de gênero são muito mais discursivas do que efetivamente práticas, como nos faz perceber Barbosa (2013, p. 90) ao descrever como as narrativas muitas vezes condicionam lugares femininos e masculinos.



Figura 3: **Viúvas na visita do Papa**
Fonte: Guilhermina Aguiar (1991)

Deve-se considerar que a viuvez é uma prática social aprendida “no meio cultural em que se vive e através dos diferentes discursos que lhe atribuem sentido”, como ressaltado por Bouaes (2007, p. 103). As narrativas propagadas naquele momento forneceram uma série de representações que foram partilhadas pelas viúvas e que contribuíram para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e lealdade que uniram o grupo. Nessa perspectiva, as viúvas foram influenciadas pelos discursos propagados pelos mediadores do movimento que as delegavam a tarefa de reclamo por justiça, os quais possibilitaram a percepção e a construção de uma imagem do que para elas significava ser viúva naquele contexto de luta, o que também evidencia o poder dos discursos enquanto “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto as concepções que temos de nós mesmos” (BOUAES, 2007; HALL, 2006, p.50).

Essas interpretações foram absorvidas por D. Maria e a permitiram confrontar as narrativas cristalizadas que tentaram enquadrá-la ou deslegitimar a sua atuação, as quais estabeleciam alguns ritos e comportamentos específicos para sua condição, condutas condizentes com o status principalmente no campo afetivo-sexual, como o evidenciado durante o seu

juízo ao ter seu comportamento questionado pela promotora, uma vez que recaía sobre ela a suspeita de ser uma “viúva alegre”, não sacrificada à fidelidade e à lembrança (THEBAÚD, 2000):

Ela perguntou pra todas testemunhas que me conhecia que era de defesa se eu ia à festa, se eu andava vestida de preto, ou se eu ia vestida de preto só pras audiências, se eu tinha homem comigo, se eu tinha caso com homem. [...] Aí eu achava que aquelas perguntas não tinha nada a ver; pelo menos eu de preto, eu de preto eu nunca botei, eu uso preto pelo menos como símbolo do Movimento e porque eu gosto de roupa preta por luto eu não faço isso, porque o luto a gente guarda é no coração [...] mas eu não tava com medo que as testemunhas dissesse que eu convivia com essa pessoa né, porque eu não convivo com essa pessoa escondido, eu acho que a cidade toda sabe (ANDRADE, 1997, p. 40).

A viuvez que pode se constituir como uma situação estigmatizante e marginal (FALCÃO, 2003) tornou-se a forma de ingresso dessas mulheres no espaço político, sendo utilizada como mecanismo de enfrentamento, através do qual construíram uma imagem para si e de como gostariam de ser percebidas pelos outros (POLLAK, 1992), sempre a empregando em momentos estratégicos, “tanto nas relações com os diferentes aparelhos de poder como com outros movimentos sociais” (SOUZA FILHO, 1997, p. 147).



Figura 4: Viúvas vestidas como apresentavam-se em alguns espaços
Fonte: Guilhermina Aguiar (1993)

A participação de agentes externos, como o núcleo acadêmico, teve uma contribuição significativa nesse processo ao fomentar o debate no interior da Igreja sobre a necessidade de organização política das viúvas de trabalhadores do campo, na medida em que o apoio da entidade estava ligado a ações assistencialistas. Embora essas contribuições financeiras tenham sido importantes porque também aliviavam a dor, dada a situação de pobreza em que se encontravam, a organização política surgiu como forma de assegurar-lhes condições para uma vida futura.

Foram realizadas atividades que visavam garantir essa sustentabilidade, como cursos com plantas medicinais (fitoterápicos), pois dada a ausência de serviços de saúde, eram os elementos da natureza os quais dispunham com maior facilidade, sobre práticas artesanais como produção de sabão e de corte e costura. Motivadas por esse desejo compraram máquinas de costura, cuja produção era vendida e o retorno dividido entre todas elas. Entretanto, em decorrência da diversidade do grupo, as tensões internas surgiram e essa atividade de costura foi finalizada.

Foram desenvolvidas ainda atividades com os seus filhos e filhas como uma forma de dar continuidade ao movimento, as quais foram resultantes de um trabalho de mobilização cujo intuito era que dessem prosseguimento às demandas das viúvas, visto que já estavam cansadas e envelhecendo. Embora haja divergências quanto ao nome da ação, os nomes apresentados por elas se aproximam de movimento dos filhos e filhas das vítimas da violência no campo, com atividades voltadas para a profissionalização deste, visando-lhes assegurar o ingresso no mercado de trabalho.

Apesar das atividades do grupo terem cessado, em virtude do tempo biológico – envelhecimento e morte –, ou porque algumas mudaram de cidade e estado, elas consideram que o grupo não deixou de existir porque as que ainda estão vivas continuam em movimento, envolvidas em algumas atividades de cunho político e social ou recorrendo às práticas aprendidas, representando a memória viva acerca dos conflitos, o principal elo entre passado e presente, e fazendo com que as lembranças e os sentimentos daquele período ainda persistam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias de D. Maria descortinam o período histórico dos conflitos no Médio Mearim, marcado pela violência e sevícias supostamente legítimas perpetradas contra famílias camponesas, uma vez que provocados com o auxílio de aparatos ou conivência estatal, revelando o caráter contraditório e repressivo das medidas adotadas. A história de vida da trabalhadora se interliga com a de outras mulheres e homens que, afetados pelo signo da violência, tiveram que resistir para continuar sobrevivendo.

As violências decorrentes do desenvolvimento a qualquer custo despedaçou a vida de muitos que habitaram o Maranhão e de outros tantos que o atravessaram vislumbrados pelas melhores condições que as terras maranhenses poderiam propiciar, empurrando-os a novos êxodos incertos, provocando o rompimento de práticas tradicionalmente desenvolvidas e de redes de solidariedade/reciprocidade, bem como a destruição de famílias inteiras. Essas ações de violência atingiram homens e mulheres de maneira diferenciada, de acordo com o lugar onde estavam situados nesse quadro de lutas.

Assim, se os homens experimentavam a morte em virtude dos seus envolvimento diretos e das intencionalidades presentes nas ações de violência, as mulheres, na maioria das vezes, experimentavam a dor, pois, por mais que também tenham sido alvo, frequentemente não constituíam ameaças. As privações financeiras em virtude da desorganização da base familiar e a responsabilidade pela manutenção de si e dos filhos órfãos constituíam as principais dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras que se tornavam o “esteio” da casa, sendo necessária, então, a solidariedade dos de fora para que pudessem continuar sobrevivendo juntamente com os filhos e superar as lembranças ocasionadas pela experiência da morte em vida, bem como a solidão que a perda dos seus maridos despertava.

Através das memórias e da biografia de D. Maria observamos formas singulares de participação das mulheres no contexto de conflitos no campo, bem como as estratégias utilizadas como forma de resistência, a exemplo do acionamento da identidade de viúva, desvendando novas formas de articulações. Além das diferentes formas de atuação de homens e mulheres, este trabalho nos permitiu perceber a diversidade de agentes sociais que atravessaram as lutas camponesas, as suas formas de atuação e suas contribuições no protagonismo dos sujeitos do campo, e as mudanças no curso da história. Sem dúvida, foi possível perceber como a Igreja

Católica, cuja ajuda financeira e acolhida a elas destinadas, tornou-se um refúgio e um local importante para o processo de reconstrução de si e para a sua transição de cristãs a cidadãs.

REFERÊNCIAS

FONTES

CARTÓRIO DO CRIME DE SÃO MATEUS. *Processo Jurídico Maria Rodrigues 66/91*. São Mateus, 1991.

CPT Comissão Pastoral da Terra. *Dossiê Maria Rodrigues*. São Luís, 1995.

FUNDO DO POÇO, O grito no. Vice Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, Bacabal, 1990.

JORNAL TEMPOS NOVOS. Novembro/Dezembro, 1995.

JORNAL O IMPARCIAL. São Luís, novembro, 1991.

PROJETO MOVIMENTO de Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados em Conflitos de Terra, São Luís, 1993.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma única história*. Disponível em: <www.osurbanistas.org/osurbanistas9/Chumamanda_Adichie.pdf> Acessado em 02 de novembro de 2017.

ALMEIDA, Alfredo W. Apropriação de Terra: antagonismos e tensões sociais. In.: *Amazônia Brasileira em Foco*. CNDDA Campanha Nacional de Defesa e Pelo Desenvolvimento da Amazônia, 1993, p. 7-25.

_____. Linchamentos: atos de *justiça camponesa* entre a *humanização da penalidade* e a *desumanização do indígena*. In.: ANDRADE, Maristela (Org.). *Viúvas entre a violência e a impunidade*. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1997, p. 85-132.

ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). *Viúvas entre a violência e a impunidade*. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1997.

_____. *Mutirões, empates e greves*: Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. In: *Revue Lusotopie*. Leiden: 2005, XII (1-2), 175-189.

_____. *Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas*. In.: *Estudos Feministas*. Florianópolis: n. 15, mai/agos, 2007, p. 445-451

ANJOS, Gabriele dos. *Mulheres todas santas: participação de mulheres em organizações religiosas e definições de condição feminina em igrejas cristãs no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 2009.

ARAGÃO, Tobias. A destruição de Aldeia: conflito agrário e processo judicial. In: ANDRADE, Maristela (Orgs.), *Viúvas entre a violência e a impunidade*. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1997, p. 87-134.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Mulheres do Babaçu: Gênero, Maternalismo e Movimentos Sociais no Maranhão*. 267. Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos*. In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), v. 16 n. 46, junho/2001, p. 97-117.

BERTAUX, Daniel. Los relatos de vida en el análisis social. In.: ACEVES, Jorge (Org.). *Historia oral*. México: Instituto Mora-UAM, p. 136-148.

BORGES, Arleth Santos; BARRETO, Renata Caldas. *Ditadura, controle e repressão: revisitando teses sobre os governos militares no Brasil*. Ditadura, controle e repressão: revisitando teses sobre os governos militares do Brasil. In: Revive - Revista de Ciências do Estado, v., n. 2, 2016, p. 107-129.

BORGES, Antonadia. *Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul*. In.: Cadernos Pagu. n. 40, jan/jun, 2013, p. 197-227.

BOUAES, Caroline Stumpf. *O envelhecimento e a viuvez da mulher num contexto rural: algumas reflexões*. In.: RBCEH, Passo Fundo, v. 4, n. 1, jan./jun. 2007, p. 103-114.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília : MDA, 2011.

CLEMENS, Carolina. *É bom lembrar: um pedacinho da História das CEBs no Maranhão*. São Luís: Minerva, 1985.

COSTA, Wagner Cabral da. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão*. Curso de Formação Política (CPT / CEDOC), 1997, p. 1-33.

DAS, Veena. *O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade*. In.: Cadernos Pagu. n. 37, jul/dez. 2011, p. 9-41.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

FALCÃO, Tania Maria Lago. *Dor sofrimento, dor encantamento: retratos de vidas – ser viúva em comodos médios pernambucanos*. Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. *A invenção do eldorado maranhense em narrativas de migrantes nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos*. In.: *Outros Tempos*, vol. 13, n. 21, 2016 p. 84-107.

GARCIA, Ana Isabel Blanco. *El metodo biografico en Sociologia*. Contextos, XVIII, v.15, 1990, p. 77-93.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 85-107.

GOHN, Maria da Glória. *Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático*. In.: *Dossiê Política e Sociedade*. n. 11, out. 2007, p. 41-70.

GROSSMAN, Jonathan. *Violência e silêncio: reescrevendo o futuro*. In: *História Oral*. Rio de Janeiro: n. 3, 2000, p. 7-24.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IPEA. *A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordeste: 1960/1994*. In.: GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, José Raimundo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995.

IZQUIERDO, Ivan. *Lembranças e omissões*. In.: *Pesquisa Fapesp*. São Paulo: n. 99, maio de 2004, p. 16-19.

JAMES, Daniel. *Historias contadas en los márgenes. La vida de Doña Maria: história oral y problemática de géneros*. In.: *Entrepasados (Revista de História)*. Argentina: n. 3, 1992, p. 1-24.

JELIN, Elizabeth. *¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias?* In.: *Los trabajos de la memoria*. Espanha: Siglo Veintiuno, 2001, [s.n].

JIMENO, Myriam. *Lenguaje, subjetividad y experiencias de violencia*. In.: *Sujetos del dolor, agentes de dignidad*. DAS, Veena; ORTEGA, A. Francisco. Instituto Pensar: Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 261-292.

KÓVACS, Maria Júlia. *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOZANO, José Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. In.: AMADO, Janaia; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 15-26.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MENDONÇA, Sônia Regina. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *O sangue da terra: novas perspectivas da historiografia Brasileira*. In: Caravelle, nº75, Nouveaux Brésils – Fin de siècle. 2000, p. 77-92.

MOTTA, Alda Britto da. *O mistério da ausência*. In.: Estud. interdiscip. envelhec. Porto Alegre: v. 7, 2005, p. 7-24.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social*. In.: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.

PENEFF, Jean. *Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. *Análise Social*: vol. XXXIII, v.4, n.148, 1998, p. 871-883.

PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: v.9 n, 18, 1989, p. 09-18.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. *Memória e identidade social*. In.: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. *Ética na história oral*. In: Projeto História. São Paulo: abr 1997, n 15.

_____. *História oral como gênero*. In: Projeto História. São Paulo: jun 2001, n. 22.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RANGEL, Jesús Antonio de la Torre. *Uso alternativo de los derechos subjetivos: derechos humanos como derechos insurgentes*. In.: *El derecho que nasce del Pueblo. Serie Judicatura y democracia*. Bogotá: ILSA, 2004, p. 211-233.

_____. *Introdução*. In.: *El derecho que nasce del Pueblo. Serie Judicatura y democracia*. Bogotá: ILSA, 2004, p. 18-24.

ROCHA, Maria Regina Teixeira de. *A luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, pela libertação do “coco preso” e pela posse da terra*. In.: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. *Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*, 2006.

- SALVATICI, Silvia. *Relatando a memória. Identidades individuais e coletivas na Kosovo de pós-guerra: os arquivos da memória*. In: Projeto História. São Paulo: n. 27, dez. 2003, p. 9-47.
- SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. *Conflitos sócio-ambientais no maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento*. In.: Programa de Pós-graduação em políticas públicas, UFMA, São Luís, 2009, p. 1-8.
- SANTOS, Manoel da Conceição. *Pessoas, famílias na produção*. In: SOARES, Paula Elise Ferreira; ANTUNES, Wilkie Buzatti (Orgs). *Chão de minha utopia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 39-60.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York, Columbia University Press. 1989, p. 1-35.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHMIDT, Benedito Bisso. *Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica*. In.: MÉTIS: história & cultura, v. 2, n. 3, jan./jun. 2003, p. 11-22.
- SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 1990.
- SOUZA FILHO, Benedito. *Sábado de aleluia tem carne*. In: ANDRADE, Maristela (Orgs.), *Viúvas entre a violência e a impunidade*. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1997, p. 135-225.
- TELES, Edson Luís de Almeida Teles. *Os paradoxos da democracia: memória política em democracias com herança autoritária*. Programa de Pós Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- THEBÁUD, Françoise. *Muerte de los hombres, dolor de las mujeres*. In.: DUBYY, Georges; PERROT, Michele (Orgs.). *História de las mujeres en Occidente*. Santillana: Bogotá, 2000.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

APÊNDICE

APÊNDICE 1
CONVERSA COM DONA MARIA (12/06/2017)

Dona Maria: Bené andava fazendo umas entrevistas – tenho até umas fotos né? – tirou umas fotos, almoçou comigo... Aí veio fazer uma entrevista também porque ele ia em Brasília, fazer o que você veio, fazer porque ele ia em Brasília fazer uma prova, colher uns depoimentos pra ver se ajudava ele na prova dele. Eu mesma uma vez fui pra universidade lá pra UFMA, lá em São Luís. Aí a gente ficava meio “deconstrariada”, chegava lá descontraída. Era um bando de jovem tudo estudado aí a gente da roça, não sabe nem falar. Aí chegava lá: o que vamo falar pra esse povo? Esse povo é estudado, a gente não sabe nem ler nem nada. Aí [falaram]: não, mas o que você vai falar pra eles é mais importante até do que eles sabem. Aí a gente falou muito, andou muito, falei muito com esse povo. Então não me contraria lhe dar um depoimento.

Um dia desses quando me espantei que não chegou aí uma faixa de uns 20 jovens de São Mateus. Queriam falar comigo, aí saí fora: o que desejam? Porque eu não conheço ninguém. Aí eles disseram: a senhora é Dona Maria? E eu disse: sim. Não, é que a gente queria conversar com você sobre sua história, tamo fazendo um curso não sei de quê, aí achei sua história muito importante. Aí eu disse: quem mandou vocês aqui? Ah, foi o Filho lá da Paróquia e tal. Então eu: tudo bem, vamos conversar. [parte inaudível] Filmaram, conversaram... Pra mim é sem problema. Meu caso ele não foi um caso isolado, ele foi um caso internacional. Quando do meu julgamento eu recebi mensagem até do Sérgio Reis, duma atriz que tava até naquela novela, nem lembro mais a novela que ela trabalhava [a atriz é Dira Paes]. Foi uns três ator que mandou mensagem pra mim sabe, telegrama...

Foi bacana, foi bacana né? Me deram muito apoio. Eu se não tivesse tido esse apoio não sei nem se eu existia, tá entendendo? Ter os apoio do lado da gente é muito importante. É muito ruim você ficar sozinho num momento difícil, seja doença, na saúde mesmo, porque eu não tava doente aqui fisicamente, mas eu acho que tava doente, sei lá, moral. Eu não sei nem como é que diz isso. Então se não fosse os apoio das Igreja, da comunidade, grupo de jovens, eu não existia. Então hoje eu tô aqui, com meus 56 anos, já tô velha né? Eu agradeço tudo a Deus em primeiro lugar e segundo o povo porque eu fiquei num ponto que eu não gostava, quando eu via que alguém vinha eu me escondia, aquela coisa toda sabe? Eu não queria me aparecer. Eu quase entro assim numa depressão, mas os padres não deixaram, me deram serviço sabe? Eu tinha coisa pra

fazer porque a pessoa trabalhando a pessoa também distrai. Pra mim a melhor coisa pra depressão é o trabalho. Aí você ficar em casa isolada isso não é recurso não viu? Você vai pro buraco. Então eu não me importo de dar minha entrevista aí pra quem quiser, se interessar, se ajudar, beleza.

Aline: Vocês moravam antes no Piauí?

Dona Maria: No Piauí eu morei quando eu era pequena. Eu vim do Piauí com uma tia minha eu tinha nove anos de idade. Aí minha tia voltou pro Piauí e me levou, aí minha mãe veio mais meu pai. Meu pai só me criou ele não é meu pai. Meu pai biológico eu nunca nem vi, quer dizer, eu vi ele quando era pequena, mas eu não lembro nada dele. Se eu ver ele hoje nem ele me conhece nem eu conheço ele. Não sei nem pra onde ele vive andando. Vou até escrever essa história um dia pra ver se encontro esse pai, pra mim ver que jeito ele é... Não sei... Ele nunca me procurou, não sei, eu também nunca procurei ele, não vou mentir né? Aí o pai que eu tinha era esse que morreu né? Aí papai morreu e esse pai eu tenho. Ainda é vivo mas eu não sei nada dele.

Aline: Como foi a sua infância?

Dona Maria: Minha infância foi muito difícil porque meus pais era muito pobre. Mamãe dava comida pra gente quebrando coco, nós ia pro mato, eu não tive estudo. Tinha tanta vontade de estudar mas mamãe não teve condição. Logo no interior nesse tempo não é que nem hoje, onde tem escola pra todo lado, o governo ainda dá até dinheiro, dá livro, dá tudo, a pessoa só não estuda se não quiser. Nesse tempo não, nesse tempo a vida era muito difícil, eu era mais velha da turma né? Aí eu tive que trabalhar mais mamãe pra dar comida pros menor. Aí nós ia quebrar aquele coco, passava o dia todim no mato quebrando aquele coco, papai trabalhando de roça. E quando nós chegava de tarde a mamãe media aquele coco, mandava eu pro comércio pra pesar aquele coco pra vender pra trazer comida pra gente comer. Eu tenho um irmão, o mais novo, ele mora em São Luís, hoje graças a Deus ele é bem. Mas meu irmão muitas vezes ele dormiu sem almoçar, sem almoçar e sem jantar. Mamãe deixava ali um ovozim pra eles comer que era pra ser o almoço né? Aí lá so tinha um comércio, isso era uma fila de gente pra pesar o coco e era ordem de quem chegasse primeiro. Aí quando a gente chegava com essa comida que a mamãe

terminasse de fazer essa comida ele já tava dormindo e quando acordava ele, ele não comia era só chorando aí a mamãe terminava deixando ele dormir com fome. A gente só escapava mesmo porque Deus é grande. Eu tenho um irmão que ele tem pavor de fome porque ele passou muita fome quando era pequeno [...] mas também vive bem. A que vive mais assim devagar é eu. Meu marido morreu me deixou com cinco filho pequeno, me deixou com essa pensãozinha, ainda trabalhei muito pra botar meus filhos também na escola pra não acontecer o que aconteceu comigo.

Um dia tinha uma mulher lá dona do comercio, aí ela disse: eu vou ensinar os filhos aqui do lugar, os filhos dos morador, aí eu fiquei toda feliz. Aí eu: ô, Dona Raimunda, eu queria estudar também mas a mamãe não pode comprar um caderno pra mim. Aí ela foi e disse: não, pois por isso eu vou lhe dar um caderno, vou lhe dar uma caixa de ABC, uma borracha e um lápis. Eu fui uma semana aí depois mamãe disse: não, minha filha, não dá certo você estudar não, negócio de estudo, deixa isso pra lá, a gente vai é trabalhar porque a gente tem que comer né? Aí eu fiquei indo um dia outro não aí eu terminei desistindo sabe? Mas eu tinha tanta vontade de estudar. Ainda hoje me lembro as letrinha que eu aprendi no ABC, até hoje eu sei. Foi o que me ensinou a conhecer letra, número, essas coisas né? Mas os poucos dias que eu fui, eu tinha a cabeça boa. Hoje eu não tenho mais, tomei tanto comprimido pra acalmar que acabou com minha memória, até pra mim dormir tenho dificuldade. Aí minha infância foi desse jeito, do meus irmãos, foi muito difícil.

[...]

Aí eu engravidei com 14 anos, tive minha filha [...] Aí fui pra casa de mamãe quebrar coco pra me sustentar e comprar o enxoval da criança. [...] Certo que quando ela tava com dois meses de nascida eu achei um marido que realmente foi o Alonso, até a parteira – porque nesse tempo a gente tinha filho com parteira, não era negócio de médico essas coisas não –, até a parteira foi ele que pagou. Aí me trouxe, me deu uma casa, uma casinha coberta de palha, tapada de barro, que chama taipa né? Mas foi um marido graças a Deus, um pai pros meus filhos graças a Deus. Aí tive outros filhos dele. Tive oito filhos, aí morreu três né? Aí tenho cinco, cinco com a minha que ele aceitou né? Porque ele era um pai pra ela. O pai dela que ela conheceu foi ele. Ela conheceu o pai dela biológico mas ela só conheceu. Aí ele graças a Deus me deu uma casa, foi um bom marido, um bom pai. Aí foi que minha vida veio melhorar depois que eu tive meu marido sabe?

Porque ele nunca me deixou quebrar coco. Aí eu já queria era ir pro mato quebrar coco e ele sempre brigava porque quem quebrava coco sempre era quebrada, tinha pavor né? Aí na roça eu não ia muito assim. Ia pra deixar comida, não ia pra trabalhar porque meus meninos era um no chão outro na barriga sabe? Aí não tinha condição de eu trabalhar com ele na roça. Mas eu sempre danadinha aí ele comprou uma máquina de costura pra mim porque eu sempre tive muita vontade de ter uma máquina de costura, aí ele comprou uma máquina de costura, uma máquina daquela do pé, de pedal. Aí eu aprendi a cortar roupa sozinha, com pouca já estava fazendo lá pra vizinhança tudo, fazia tudo enquanto na maquinazinha. Aí eu não ajudava ele na roça porque não tinha condição, nas horinhas vagas eu fazia crochê que até hoje eu faço, tapete pra dentro de casa, toalhinha de prato eu enfeito [...]. Me viro de todo jeito, aprendi a trabalhar porque senão fosse isso quando ele morreu eu teria ficado pior né?

Porque não tinha nada pra fazer, mas também eu fiquei tipo assim... Quando ele morreu eu não costurei mas pra ninguém. Eu não consigo. Eu costuro assim, eu faço meus tapetes, enfeito minhas toalhinhas, minhas coisas, mas pra costurar pros outros, eu não costuro. Nem pra mim mesma, não corto pano mais pra fazer roupa. Mas minha vida com meu marido foi como melhorou. Tinha almoço, tinha janta, meus filhos tiveram outra vida. Só que quando ele morreu essa daí [a filha mais nova] ficou com dois anos, hoje ela tem 29 anos já casou. Não passemos muito tempo juntos com os filhos né? Ficou um de seis anos, um com sete, outro com 10 e essa mais velha minha com 15.

Aí depois que ele morreu eu tive que me virar sozinha, tive que ser marido, ser pai, ser mãe. Mas com muita luta criei meus filhos. Botei todos na escola, os que quis aproveitar graças a Deus aproveitou [...]. Agradeço muito a Deus pelos meus filhos que criei, porque se eu não tivesse criado meus filhos eu seria muito arrependida porque eles não me decepcionaram. Valeu a pena eu sofrer, lutar por eles. Os parentes do meu marido tem uns com condição. Quando fiquei viúva eles queriam o seguinte, eles souberam que eu ia ter que passar por um julgamento, um bocado era evangélico, pediram pra mim pegar meus filhos entregar pra eles que eles iam cuidar de meus filhos e eu ia me embora pra São Paulo porque lá tem também outras pessoas dele, lá eu ia arrumar serviço, ia trabalhar, saía desse negócio de delegacia, de julgamento, dessas coisas né? Aí eu falei pra eles que não, que se eles quisessem me ajudar, eles me ajudava meus filhos junto comigo, mas se a ajuda que eles quisesse me dar fosse essa agradecia. Eu preferia correr risco. Eu dizia: Deus tá do meu lado, se eu passei por aquele momento lá dentro daquela roça, lá dentro dos

mato e sobrevivi não é agora que o mundo inteiro está ao meu redor, não é possível que eu vá ser presa com tanta gente do meu lado, então eu tô nas mãos de Deus, ele é meu advogado e os outros também, os daqui também. Ele sabe de tudo, eu prefiro correr risco. Agora se eu por acaso der o contrário e eu ser presa, aí vocês pode tomar de conta dos meus filhos porque foi a herança que meu marido me deixou.

Fiquei nova, uma pessoa com 29 anos tá da idade dessa daí [a filha mais nova que se encontrava em casa no momento da conversa] com cinco filhos nas costas, mas era meus filhos. Ficaram sem pai de repente ficar sem mãe quando eles crescesse: ô mamãe por que a senhora nos abandonou? Você nova podia lutar pela gente né? Não mas é porque eu fiquei com medo de ir pra cadeia. Mas a senhora nem lutou como que a senhora ia saber? Então eu preferi correr risco e graças a Deus me sai bem e hoje tô feliz por esse ponto. Às vezes tô agoniadinha aqui mas depois eu paro pra pensar, peço perdão a Deus que eu sou uma mulher feliz. Tantos pai e mãe criam seus filhos com tanto amor, com tanto carinho, com tanto cuidado, não deixa faltar nada e dão coisa ruim né? Não segue o que os pais fala e os meus não, graças ao meu bom Deus, foram terminados de ser criados bem ali no Anjo da Guarda, depois do Anjo da Guarda, em São Luís, que diz que é um lugar muito perigoso aquela coisa toda mas eles não seguiram os perigo, graças ao meu bom Deus.

Então eu sou uma mulher feliz por isso, porque não tive sorte com marido mas tive com meus filhos que ele me deu. E eu tô aqui hoje dessa idade vezenquando aparece uma pessoa aqui, conversa comigo, meus amigos mais velhos e tal e eu tô feliz. Passei por esse julgamento. Antes do julgamento foi uma coisa muito complicada pra mim. Foi onde conheci essas viúvas, a gente entrou no movimento delas, só vivia era andando, participando dos outros movimentos... Fomos à vinda do Papa a São Luís, eu não fui [...], Brasília, foi até Bené que nos acompanhou lá. Fomos falar com Collor mas não conseguimos, quem nos recebeu foi o Itamar Franco.

Aline: Quando a senhora veio do Piauí, Alonso já morava aqui?

Dona Maria: Eu não conhecia o Alonso. Ele morou em alguns lugar aí, morou perto de Coroatá, tem uma família dele aí pra bando de Zé Doca parece e eu não sei como foi que Alonso chegou porque ele não falava muito desses detalhes, não sei se ele veio pequeno, se veio grande. Alonso não era muito conversador, a gente precisava perguntar e eu também não me importava de tá

examinando a vida dele. Eu conheci ele já mãe dessa menina. Ele já morava no Veloso e eu morava num lugar chamado Espírito Santo, município de Pirapemas, nesse tempo até carro lá era difícil a gente ver.

Aí Alonso era padeiro, ele passava lá vendendo pão na época, aí separado da mulher há 10 anos já, aí sozinho tinha medo de juntar mulher e não dá certo, aquela coisa toda. Aí ele se informou por lá, me viu, o pessoal disseram que eu era uma pessoa bacana mas vivia só e tal e, talvez, eu até tava precisando dum marido, já tinha uma filha – nesse tempo mulher quando ficava assim era discriminada. Ele procurou minha família, como eu só tinha 15 anos meu pai veio aí conhecer a família dele também, no Veloso, aí foi que meus pais disseram que era bom eu me juntar com ele, eu já tinha uma filha, aí nós se juntamos. Se juntamos sem namorar, ele já tinha uma casa, vim pra dentro da casa dele. Aí me juntei com ele no Veloso e fiquei sem ele no Veloso, a gente nunca mudou pra lugar nenhum. E lá eu tive meus filhos tudim no Veloso, aí foi onde que ele morreu, nós tava com 15 anos já que vivia junto. Ele juntou comigo, depois casou comigo. Nós se casamos pra registrar os filhos, aí a gente chegou a viver 15 anos aí foi quando mataram ele.

Do Piauí eu vim pequena, eu também não sei nada de lá do Piauí sabe? Eu vim pequena e nunca mais pisei lá, no Piauí. Em Teresina eu passei uma temporada com um filho meu que morreu de coração, mas não conheço nada não sabe? Só de lá pro hospital aquela coisa toda e ele também nunca me falou nada assim da vida dele de Piauí.

Aline: Ele participava de atividades políticas, ele era delegado sindical... A senhora também participava junto com ele?

Dona Maria: Eu tinha medo. Na política o candidato que ele apoiava eu apoiava também. Até hoje eu só voto nos candidatos na parte que ele votava quando me ensinou a votar. Aí quando eu votei a primeira vez eu já tava com ele [...] Aí eu participava, gostava né? Ele participava, ele gostava. Agora assim da comunidade, dos movimentos não, eu não gostava, eu nunca vim. Depois que ele morreu que eu vim conhecer os movimentos. Toda estranha mas aí fui conhecer e fui ver que ele tinha razão, que quando ele morreu se eu não tivesse esses movimentos comigo eu não sei como tinha acontecido. Ele morreu e eu ficava sozinha no meio do mundo. Até teve um momento que minha própria família ficaram distante de mim pela maneira que aconteceu. Tinham medo de pistoleiro, de alguma coisa, de seu da família, de acontecer alguma coisa assim.

Aí eu tinha ficado numa situação difícil né? Aí graças a Deus foi os movimento, porque no meu julgamento tinha todo tipo de movimento, tinha sindicato dos trabalhador rural, sindicato bancário, sindicato dos arrumador, era tanto sindicato então tudim se juntaram nesse dia, então foi uma coisa muito boa, graças aos movimentos também porque os movimentos é que faz a força abaixo de Deus né? Aí eu fui ver que realmente ele tinha razão, movimento não era aquilo que eu via. Via sim, a questão é que eu tinha era medo, aí eu achava que os padres era quem incentivava. Mas hoje não, hoje onde me chama eu tô, não tenho mais medo não.

Aline: Quando ele trouxe aquele cartaz que a senhora disse que não queria porque tinha medo, vocês conversaram sobre a luta, sobre os movimentos... [antes de eu começar a gravar Dona Maria disse que falaria para eu ver se a conversa era o que queria ouvir, se ia no “rumo” do que eu buscava e nesse momento falou sobre o medo que tinha do Alonso está envolvido nessas atividades e sobre um dia em que ele chegou com um cartaz que tinha a imagem de um companheiro de luta que tinha sido assassinado em conflito agrário].

Dona Maria: O cartaz era do Manoel Tintino me parece, não sei se ele era presidente ou delegado sindical também, era marido da Dona Angelita. Aí o cartaz saiu até com... Botaram umas tintas tipo sangue né? Aí eu falei pra ele que aquilo ali era um exemplo e ele falava que tudo bem acontecia mas que a gente não podia deixar de parar porque morreu um companheiro, aí que a gente devia ficar mais forte. Ele era firme e forte na luta dele sabe? Eu acho que o Alonso, eu acho que ele morreu não da maneira que foi mas acho que ele morreu feliz porque ele morreu dentro da luta que ele queria lutar né? Ele teve um irmão que hoje ele é vereador em Maracaçumé, há muito tempo ele disse que era pra ele ir pra lá que ele dava casa pra ele, sustentava ele um ano até ele se estabelecer. Ele não quis, ele foi ainda lá olhar. Então eu acho que ele queria lutar, ele lutou já sabendo o risco que podia acontecer, porque é tipo aquela história porque eu também enfrentei a justiça correndo risco ou de eu ser condenada, ser presa ou de eu ser absolvida. Mas sempre que o pessoal me perguntava se eu tinha medo, eu sempre dizia que não tinha medo. Não tem medo? Tenho não. Por quê? Meu advogado tá lá em cima, ele não vai me deixar ser presa. Eu sempre respondia firme. Então do jeito que ele foi firme na luta dele que terminou ele dando a vida dele por essa área que nem nós nem os filhos dele se lucraram – porque não quis mais ir pra lá né? Mas porque não quis mesmo, porque hoje graças a Deus chego

lá sou bem vinda, ,as eu não quis, não achei mais clima de morar lá – aí eu também fui firme pra lutar pela minha absolvição.

E esse foi o pior momento que eu passei, foi de enfrentar esse negócio, porque eu passei um bocado de tempo eu não podia sair, eu tinha aqueles momentos eu tinha que ir lá dar aquele depoimento, mexendo com aquela coisa que eu queria esquecer. Aí esse aí foi o pior momento da minha vida. Aí uma pessoa que nem eu que nunca tinha ido à delegacia, não entendia nada de justiça, aí fui orientada por vários advogados, um orientava de um jeito outros orientava de outro, foi muito difícil. Aí foi o momento mesmo que tinha dia que dava vontade mesmo de eu me enterrar. Mas graças a Deus venci.

E meu depoimento no dia do julgamento teve várias contradições. A primeira coisa, o pistoleiro tinha duas armas. Eu entreguei, eu dei meu depoimento, depois o delegado mandou me chamar lá e disse que era pra eu dizer que só tinha uma arma e aí disse que era pro meu bem e eu vivia sem saber o que ia dizer né? Aí lá eu volto dizendo que só tinha uma arma, eu acho que ele ficou com a outra né? Porque ele disse isso, eu entreguei duas armas pra ele, eu tenho prova que eu entreguei duas armas pra ele. Eu não conheço arma, eu sei que tinha um maior e um menor e eu sabia qual era que tinha atirado no meu marido. Ele me perguntou, eu disse. Aí ele disse: você diz que só tem uma que será melhor pra você. Aí ficou assim. Você diz que se enganou e tal, tava muito confusa, mas graças a Deus no final deu tudo certo. Foi assim mas foi um momento muito difícil, você ficar tipo... Eu vivia presa, eu andava na cidade e tal mas praticamente eu vivia presa. Podia sair mas tinha de ir lá mesmo mastigada por aquela juíza ela sempre dizendo pra eu falar a verdade, falando pra eu dizer quem tinha matado Marino porque não tinha sido eu e aquele momento foi muito difícil. Porque é muito difícil eu acusar uma comunidade, porque se chamasse eles lá eles não iam nem saber dizer como era, como é que isso tinha acontecido. Então era meu marido, era meus filhos que eu tava defendendo, eu tinha mais era que dizer o que tinha acontecido. Mas eu não sabia que justiça gosta que a gente minta. Se fosse hoje eu tinha... Não cheguei lá achei ele morto, sei lá quem foi. Mas pensei que a gente tinha que falar tudo. E o advogado que me levou na delegacia, no meu primeiro depoimento, ele me ensinou que eu falasse a verdade. Aí foi onde... Mas no final deu tudo certo.

Aline: A senhora poderia falar como aconteceu a morte dele, do Alonso?

Dona Maria: É eu posso pular algumas coisas porque é uma história, isso é comprida né? E nós já conversamos muito, mas se você não tiver pressa né? [...] Eu nunca sou assim bem preparada pra falar dessa história assim, mas eu vou comentar um pouco. Porque ela é uma história assim que até hoje me machuca. Vou começar assim por aqui. O Alonso nesse dia ele foi pra roça cedo e eu fiquei fazendo a comida pra mandar pra roça, eu nem fui nesse dia na roça eu mandei os meninos deixar, meus dois meninos menor... Não, era o de 10 anos e o de seis. Aí eu fiz o almoço e arrumei e mandei eles irem deixar na roça. A roça era perto não era longe, aí eu fiquei costurando. Aí ele[Marino] chegou lá em casa meio dia, por volta do meio dia. Chegou lá conversando e tal, essa menina aí [a mais nova] no chão brincando. Eu fiquei assim, nós tinha costume de oferecer comida quando o pessoal chegava meio dia, deu vontade de eu oferecer, aí depois assim meu coração pediu pra mim não oferecer nada pra ele mesmo. Aí ele ficou ali com pouca a outra chegou do colégio, era mocinha, 15 anos. Aí ele foi pra lá pra onde as meninas. Aí ele chegou assim do nada pediu um copo d'água e sentou. Aí a menina chegou e ele foi lá pra onde ela e uma coleguinha de perto. Esses jovens gosta de ver ele, ele era jovem também, aí através da menina ele descobriu pra onde o Alonso tava.

Ele perguntou cadê meu sogro, começou assim sabe? Aí ela: ah, tá pra roça. E a roça é longe? Não, né não, não é muito longe não. Não sabia mesmo de nada coitada, aí ele perguntou pra ela se entrava carro, moto. Aí ela disse: moto não sei, mas entra carro, tem um ramal que o pessoal tira madeira né? Aí pronto. Ele pegou essa pista e pegou a moto e desceu sentido né? Aí eu disse: Solange, aquele cara foi lá pra roça pra atrás de teu pai, ele te fez as perguntas... Foi nada, mamãe. Foi. Aí eu fui por dentro do quintal que nós tinha, um quintal grande, aí pulei lá no canto do quintal. Aí tinha um caminho que a gente ia, era só uma varedinha mesmo, só ia de pé mesmo e com animal. Aí eu pensei assim: se ele foi pra fazer alguma coisa com Alonso ele não sabe pra onde é a roça aí eu vou por aqui, é mais perto porque o ramal que ele foi era arrudeio. Eu digo eu chego primeiro do que ele e chego logo e falo pra Alonso pra gente se esconder. Esse foi meu plano. Só que quando eu cheguei lá ele já tinha chegado porque ele foi de moto e ele encontrou uma pessoa no caminho e perguntou: onde é a roça do seu Alonso aqui? Aí o cara ensinou. Pronto. Não teve problema nenhum. O ramal enxuto. Aí quando eu cheguei lá, ele já tava conversando com Alonso. Aí ele disse: eita, mas eu deixei você agorinha em casa e você já chegou junto comigo! Eu disse assim: eu tô admirada é de você, o que você veio fazer aqui? Ele: não, é que eu tô procurando uma pessoa que tava me devendo um dinheiro aí eu encostei aqui pra

perguntar e tal. Aí o Alonso tava conversando com ele – sangue frio, como é que uma pessoa é... – tava conversando com ele dizendo o plano dele da cerca [...]. Ele tava pegando os pau, fazendo o aceiro da roça pra na semana seguinte ele fazer a cerca, era o mês de novembro, dezembro a gente já ia plantar. Aí o Alonso tava conversando com ele isso porque ele não tinha outra coisa pra conversar com ele mesmo, era um estranho. Mas eu acho que ele tava... Não sei se Alonso tava com medo porque não deu mais pra eu conversar com Alonso. Aí ele vai e me dar uma carona, o cara, me oferece uma carona, disse: você não quer ir? Eu lhe levo, eu tô indo pra casa, lhe dou uma carona. Alonso olhou assim pra mim e disse: não vai. E eu disse: não vou, Deus me livre. Aí ele vai lá na moto, bota a moto pra funcionar, vira a moto sentido embora, aí vem me oferecendo a carona. Eu impariadinha aqui com Alonso, os meninos tavam espalhado na roça, brincando. Eram tudo pequeno, não trabalhava, iam só deixar comida. Aí quando ele chega perto do Alonso ele sacou a arma, aí disse que o que ele queria com ele era aquilo. Alonso ainda se mexeu mas não foi muito... Sei que ele caiu. Eu tava em cima do monte de madeira, com tudo que ele caiu – eu não sei minha filha, sinceramente, que até hoje eu não sei como foi que isso aconteceu, Deus mesmo sabe – aí eu peguei um pau. A arma que ele atirou no Alonso, Alonso caiu por cima da arma, ficou debaixo dele. Aí eu peguei um pau e mandei, comecei a pipinar ele, me jogar os pés, me deu várias pesadas, isso aqui meu [região da barriga] ficou tudo roxo, eu ainda me cortei, cortei minhas mãos aqui, minha aliança ficou enfiada assim de tao inchada minhas mãos ficaram. E aí eu fui, lutei muito com ele até quando ele acabou as forças. Eu pensei assim: eu quebro as pernas dele e ele não corre, mas aí foi tipo assim, eu fui além. Não sei como, eu sei que eu terminei dando um golpe nele com facão e ele morreu com esse golpe. Com esse golpe que eu dei nele ele tava vivo ainda, mas as pernas dele tavam tudo quebrada. Quando eu enfiei o facão nele, esse facão comprido que homem trabalha, aí ele ainda disse uma palavra pra mim: tu me matou desgraçada. Aí eu sai de cima dele, aí eu vi ele revirar os olhos mesmo. Morreu mesmo. Mas o facão enfiou que enfiou na areia do outro lado. Aí dessa hora eu corri pra onde o Alonso. Cheguei lá que eu arribei o Alonso, ele tava de bruço, Alonso mortim. Aí eu peguei os dois revólver. E meus meninos só chorava e me puxava, só choravam, não sabiam mas o quê que faziam né? Vendo aquela fera querendo me matar e eles chorando. E eu: meu filho rumbora ter coragem – mas o maior tinha 10 anos. Aí eu peguei os dois revolver dele, botei dentro da bacia que [os seus filhos] tinha levado a comida, aí trouxe pra casa. Quando eu vi que o Alonso tava morto, aí pronto. Podia chegar quem quisesse chegar me matava ali sentada porque

eu não tive mais ação pra nada, só pra vir pra casa. Aí cheguei em casa, me sentei no meio da estrada, lembro disso tudo, e os meninos encostado, nós tudo preto de carvão da roça porque a roça fica toda preta porque queimam né? Aí foi encostando gente e eu dizendo pra ir buscar o Alonso porque o Alonso tava morto e ninguém acreditava, todo mundo com medo. Aí eu: gente, tá aqui o revolver, aí tinha lá um vizinho meu, pegou os dois revolver e escondeu, tava com medo de eu ficar mostrando o revolver, nem eu sabia mais dos revolver. Aí vieram aqui no Sindicato chamaram o Valentim, o Valentim era o delegado, aí quando o Valentim foi já foi com um doutor lá pra fazer o corpo de delito. Aí o doutor levou uma caçamba aí foi que eles foram na roça confirmar a história, tavam tudo com medo mesmo vendo as armas tavam com medo. Aí chegando lá viram o Alonso morto, pegou dois tiros e ele [Marino] também tava morto. Aí trouxeram o Alonso numa rede. Eu não vi nada, foi só coisa que me comentaram depois porque me tiraram logo de lá. E ele [Marino] eles amarraram um cipó, um negoço e trouxeram ele, disseram que as pernas vinham tudo balançando. Eu sabia que as pernas dele tavam quebrada mas eu também não sabia o estado. Eu não vi nada, fiz isso tudo quase assim... Não sei como foi aquilo.

Aí quando o prefeito chegou eu tava na casa dum vizinho lá distante, eu não vi mais nada, não vi trazer o Alonso, não fui pra sentinela, eu fiquei muito triste pelo meus filho tudo pequeno, eu não sabia nem como eles estavam. Foram logo chamar meus parentes, chamar os parentes dele aqui em São Mateus, aí foi todo mundo chegou aí amparou as crianças. Me pegaram... O prefeito chegou, me olhou toda cortada, aí [disse]: ah, tu não vai ficar aqui não, tu vai fugir daqui. Mas não foi ele que matou meu marido? Mas tu tá viva, tu é testemunha. Me levou pro Alto Alegre, nesse tempo o prefeito era o Sérgio Pires, me levou logo o doutor pra me passar o remédio, eu tava toda arreventada, aí eu fiquei lá sozinha lá num quarto. Meu Deus será que hora é? Aí eu não sabia mais que hora é, será se enterraram Alonso, será como é que tá? Eu queria vir mas ninguém deixava com medo porque disseram que tinha muita gente e ninguém sabia quem tava ali como amigo ou quem tava...

Aí no outro dia me levaram pra São Luís, me levou pra fazer corpo de delito, me levou em tanto lugar. Aí contratou um advogado, o Jamenes Calado, fui com ele dar meu depoimento na delegacia, eu vim com três dias dar meu depoimento, aí o delegado fez aquele... Aquela papelada toda e mandou pra juíza [...] aí me acompanhou duas vezes, esse dia e na primeira audiência que ele só passou, pegou um dinheirão que eu vi quando eles fizeram o negoço. Eu não sei quanto, ele

pagou de duas vezes, deu a entrada pra mim trazer e com 30 dias ele dava o outro, o Sérgio Pires. Aí disse [Sérgio Pires]:, tu tem que livrar ela, não deixa ela ir presa, ela tem cinco filhos pequenos, ela não vai presa, faz de tudo aí, eu pago tudo pra ela não ir presa. Graças a Deus que ele era um amigo mesmo [Sérgio Pires], até hoje onde ele me ver ele para. Ele me trouxe pra dar esse depoimento, aí no segundo depoimento era pra ele tá, ele chegou na hora do depoimento, chegou lá só entrou lá onde a juíza e foi embora, disse que ia pra uma audiência em Coelho Neto e eu entrei já sozinha. Mas acho que ele já tinha lá conversado, logo esse pessoal é muito poderoso, certo que ele já até morreu.

Aí começou a rotina, de dias em dias me chamavam... E foi assim a morte do Alonso. Aí depois que trouxeram Marino aí pra delegacia descobriram que ele era de Bacabal, descobriram o bairro que ele morava, descobriram com quem ele morava, descobriram o papel que ele fazia, que ele era um guarda de trânsito, de porta de festa, e ele era muito ruim mesmo. Quando ele tava nas folgas dele ele fazia esse tipo de coisa, o pessoal vizinhança dele sabia mas não falavam nada porque tinham medo também, aí descobriram a lista no bolso dele, mais ou menos o nome dos mandantes. Eles foram numa audiência, a mulher mesmo que mandou ela foi ser minha testemunha de acusação, ela foi arrolada assim. O outro que era dono da moto, das redes, também de Bacabal foi também mas disse que não me conhecia, nunca tinha me visto e ele não me conhecia mesmo porque eu também não conhecia ele. Nunca tinha me visto, não conhecia Alonso, não conhecia ninguém. O outro tava morto e ficou assim mesmo, eu que enfrentei o julgamento. Graças a Deus que deu tudo certo. Então é isso amiga, até onde eu posso contar como foi, já lhe contei desde quando fui pra roça, como foi a morte dele...

Sobre os constrangimentos, eu tive muitos, porque muita gente dizia na minha cara que não tinha sido eu, eu dava era dando cobertura, aquela coisa toda... Eu escutei isso muito, só que eu também nunca me zanguei... [dizia] gente é o seguinte, eu também não faço questão de ninguém acreditar nessa história porque nem eu também me acredito, nem eu nunca briguei nem com mulher, eu não acredito nisso também, então eu dou razão vocês não acreditar, não tem problema nenhum. Aí eu passei por muitas dificuldades também depois, do pessoal fazer questão de dizer pra mim que não tinha sido eu, aonde me viam era me parando pra mim contar a história como tinha acontecido e a minha história não foi assim, foi uma história muito triste e Deus me deu força pra mim tá aqui até hoje. Não foi fácil. Aí hoje, Graças a Deus... Só algumas pessoas que vem assim, mas hoje Graças a Deus ninguém mais me “ataia” , já se esqueceram entendeu? Só

que história... Um tempo desses encontrei uma amiga, ela disse: eita, mermã, há poucos dias eu tava num encontro, a gente falou de tu... Eu disse: gente, vocês ainda não esqueceram de mim? Ela disse assim: minha irmã, tu tem uma história, história não acaba, história a gente não esquece. Eu digo, é verdade. De vez em quando vem. Tem até uma peça de teatro que tem um papel fazendo minha história, eu já fui assistir.

Eu e Maristela, a gente fez um livro, tem um pouco. Eu tenho o meu dossiê também, tem toda minha história sabe? E guardo algumas fotos de quando eu andava, de certos tempo pra cá eu tô meio esquecidinha, as vezes me convidam pra alguma coisa, pra festa de São Mateus, tem o levantamento dos Mastros, manda convite pra mim ir apresentar meu Mastro. Porque logo eu mudei de endereço. De São Mateus depois do meu julgamento, eu fui pra São Luís, aí eles ficaram sem endereço. A mulher que comprou minha casa disse que até um tempão chegava correspondência. Só que ela não sabia nem onde eu tava, sabia que eu tava em São Luís, mas não sabia o endereço. Aí pronto, ficou assim meio esquecedinha. Mas eu tô aqui nesse lugar aqui, foi tipo você aí descobriu.

O diretor do INCRA, doutor Monteiro, ele era lá o coordenador, superintendente do INCRA. Aí essa terra aqui foi desapropriada pra botar uns despejados, que o dono da terra despejou, derrubou casa tudo, eles ficaram sem casa... Aí ele vendo lá, não sei aonde, os arquivos lá, viu minha história. Veio, falou com o sindicato pra me localizar pra perguntar se eu não queria fazer parte dessa área porque eu também era uma despejada, eu fui obrigada a sair da minha casa nas carreira por causa da morte de meu marido, natural que eu não quis mais voltar pra lá, então eu fui uma despejada também. Aí o sindicato me localizou e perguntou se eu não queria, aí eu disse que queria porque eu tava em São Luís mas nunca gostei de lá, tava porque eu não quis mais ficar aqui porque era muito... Aquela coisa, aí meus irmãos morando lá me chamou pra ir pra lá, com medo também né? Porque nunca sabe quem é quem... Aí eu fui porque nunca me acostumei, morei lá, terminei de criar meus filhos lá mas sempre me lembrando de interior [...] Aí me cadastrei em 2006, em 2007 vim pra cá. Até hoje tô aqui.

Meus meninos não queriam que viesse pra cá, mas hoje eles já não querem que eu saia. Eles acham que aqui é meu sossego, aí quando eles também querem descansar vem. Gostam. Tem um açude bem ali. Aí é assim. Eu gosto mesmo é da terra mesmo, gosto mesmo é do interior. Cidade não tem muito sentido, só pra quem trabalha, pra quem estuda... Eu trabalhei muito lá nas cozinhas alheias pra criar meu orçamento pra criar meus filhos, mas eu disse: quando meus filhos

trabalhasse que saísse de viver às minhas custas eu não ia trabalhar mais pra ninguém. E aqui eu trabalho pra mim, eu crio essas galinha abusada, eu luto aqui no meu barzinho véi, faço meus crochezim, aí eu tô bem aqui sabe? Quando eu tô com saudade deles eu vou, vou pra beira da pista e pego o carro e vou pra lá, passo 15 dias, venho pra cá de novo. Assim é minha vida e vai ser até quando Deus me permitir que eu fique aqui.

Aline: Como foi para a senhora depois de tudo isso ter que conviver com a dor do luto, da perda do seu marido e com as acusações de que a senhora tinha cometido um crime?

Dona Maria: É como eu já lhe disse, foi muito difícil porque aí você passa a ser olhada como um réu, uma “réa”, você passa a ser olhada como um monstro, aquela pessoa... Uma vez uma pessoa ela disse pra mim, uma mulher: mermã, eu não tenho essa coragem. Eu disse: tem, eu também não sabia se eu tinha; tem, depende da situação. A própria juíza ela mandou me chamar na casa dela, eu fui. Aí cheguei lá ela disse: não, Dona Maria, hoje eu não sou juíza, hoje eu sou mãe igual você, não sou juíza hoje, sou Meire – o nome dela era Rosemeire –, eu lhe chamei pra nós conversar aqui, duas mãe. Eu: tudo bem. Ela disse: olha, ainda tá em tempo de você entregar quem fez isso com seu marido e se sair pra você cuidar dos seus filho, a gente... eu tenho minhas dúvida. Eu digo: doutora, deixa eu lhe fazer uma pergunta: você tá dentro de casa, com seu marido, com seus filho – eu não sei nem donde eu tirei isso, mas eu tirei e perguntei pra ela –, você sabe que cobra cascavel mata né? É muito difícil um sobrevivente com uma cobra cascavel, ela chega do nada e entra na sua casa, você sabe que cobra ela anda por aí né? Ela não diz a hora que vem, ela entra dentro de casa, você sabe que ela vai morder ou você ou seu filho ou você mesma. Você podendo se defender dela você vai deixar ela lhe morder, você sabendo que a picada dela mata? O que a senhora vai fazer? Ela ficou sem palavra. Eu digo: eu tô só dando um exemplo, foi o que aconteceu comigo, ou eu fazia ou ele fazia comigo. Já tinha feito com meu marido, um homem desse não tinha coração. Como ele fez com meu marido, ele ia fazer comigo e minha duas criança, então eu tive que... Eu não sei, eu tive que virar um bicho naquele momento, sei lá. E eu lhe digo mesmo que ali foi Deus que me ajudou porque eu mesmo digo: eu tô aqui natural... Deus me livre, não sou capaz de matar uma mosca, mas Deus me deu aquela força porque ele ia matar meu marido como ele matou, ia matar meus dois filhos e me matar também. Ele ia deixar eu viva? Ele já tinha me matado porque ele me ofereceu uma carona, ele

disse [pensou]: ela é besta, ela pega essa carona e no caminho eu mato ela, volto mato o marido dela e aqueles dois menino e pronto, vou me embora, acabou não era? Então, eu me defendi como pude porque eu sabia que se eu não matasse ele, ele me matava, ainda matava minhas duas criança que tavam lá sem defesa. Já tinha matado meu marido. Ela disse: é, você – não sei se ela se convenceu –, é você é dura mesmo. Não, não sou dura não senhora, eu sou mole demais. Essa aconteceu e foi a história, não tenho como distorcer ela pra outro rumo não. Depois não foi fácil não, foi muito difícil porque além de ver meus filho sem pai, tava trabalhando, ver meu filho sem pai... Eu fiquei assim tão transtornada que até pra mim fazer essa pensão meu irmão me levou assim escondida, pra mim fazer essa pensão, disse que era pra mim ir lá fazer um negócio lá, corpo de óbito e na hora era pra mim fazer essa pensão. Eu não queria de jeito nenhum, eu dizia que essa pensão não ia valer a vida do meu marido. Eu botava isso na cabeça, se eu não tivesse feito eu tava muito arrependida porque foi ela que me ajudou a criar meus filhos né? Aí foi tipo assim, foi uma coisa muito difícil eu saber que meu marido tava debaixo do chão e eu ainda tava enfrentando essa situação. Fiquei na mesma cidade, não pude sair nem pra desaparecer. Foi complicado mas graças a Deus venci. Sou campeã!

Aline: A senhora ainda lembra muito de tudo isso?

Dona Maria: Lembro. Assim, quando eu começo a falar... Tem dia que mesmo meus filhos criado, às vezes o momento que eu me sinto sozinha. Porque o marido da gente... – você é casada? Então você não sabe muito. Às vezes o marido da gente, tem coisa que a gente só conta pra ele, às vezes nem pra um filho a gente não se sente à vontade. Aquele momento de conversar... Às vezes um momento que Alonso ele nunca brigou comigo, eu que às vezes que era mais zangada, mas quando eu tava zangada ele saía e me deixava falando sozinha, ele nunca brigava comigo, nunca me dizia palavrão sabe? Aí eu sinto. E uma coisa eu tenho pra dizer, que homem nenhum preenche... Tipo assim... Como que eu quero dizer... Tipo assim: eu larguei essa pessoa e eu vou arrumar outro pra substituir ele. É. É isso que eu quero dizer. Ninguém substitui ninguém. Cada pessoa é cada pessoa. Cada pessoa tem seu jeito, tem seu gênio, tem seu jeito de tratar, tem seu jeito de conversar. Cada pessoa é cada pessoa. Não adianta a gente se sair de um e... Assim, tudo bem, pra você seguir a vida com outro tudo bem, mas não você dizer: não, eu vou botar outro pra substituir ele, não substituí. Eu nunca achei um pra colocar no lugar dele,

sempre o jeito dele é outro. Não acha de jeito nenhum. Cada um tem seu jeito único, ninguém imita ninguém pra dar certo. Aí é da vez. Eu sinto falta dele, quando eu começo a falar também da história dele. Aqui tá só nós duas, eu tô mais aberta, mas nas visita dele que é de ano em ano, todo ano eles fazem lá no Veloso. Aí chega lá eu sempre sou a principal, pra falar aquilo pros jovens, pros menino que tão lá, porque os daquele tempo tão tudo velho, querem saber como é que foi, eu não me sinto muito à vontade, termino chorando. Logo lá é pessoal que viviam com a gente e tal. Aí é esse momento assim. Meus filhos também não conheceram o pai deles, não lembra quase nada, fico pensando assim. Graças a Deus que eles dizem que sou uma heroína. Me conforma né? Porque eles entendem. O meu filho, o mais velhos dos homens, um dia no dia dos pais, ele me disse: mamãe parabéns! Parabéns porque meu filho? Hoje é dia dos pais não é das mães não. Mamãe mas a senhora é um pouco de tudo, é um pouco de mãe, um pouco de pai. Eu disse: meu filho muito obrigado. Aí meus filho me vê assim né? Se meus filhos me visse assim: mamãe é uma assassina eu ficava muito... Eu não sei nem se eu resistia porque é difícil né? Difícil a gente saber que aconteceu uma coisa dessa, você mesma fez aquilo. Eu gostaria que isso nunca tivesse acontecido nem comigo nem aconteça com ninguém, nunca tenha essa necessidade. Porque eu sei que esse nome é um nome muito... Uma vez um padre lá em Bacabal tava numa missa e ele perguntou: alguma de vocês já rezaram pelo assassino do marido de vocês? Nenhuma. [padre] Vocês devem rezar. Mas padre matou nossos marido, como é que a gente vai rezar por uma coisa ruim dessa? [padre] Não, deve rezar sim. Eu nunca rezei, não vou mentir... Ser humano é ser humano mesmo. Não sei se foi certo ou foi errado, mas eu sei que eu fiz e eu espero que ele [Deus] me perdoe.

Deus me perdoe. Eu não quero que ninguém acredite que eu fiz isso, tomara que não acredite mesmo, mas que Deus que viu me perdoe porque não adiantava eu dizer: não, eu não fiz e quando eu enfiei o facão na guela daquele infeliz e ele morreu? Eu só peço perdão a Deus e meus filhos também me perdoe. Eles acreditam muito em mim. Eles nunca me perguntaram essa história, nunca. Os dois que estavam presente também nunca se comentaram. O outro era tão pequeno, tinha 6 anos só, aí eu não sei, eu não sei se lembra também. Eles ficaram separados os dois pra não ficarem juntos sabe? O padrinho do mais velho levou ele pra casa dele até eu arrumar uma casa pra eu morar mais eles né? Quando eu arrumei uma casa vieram todo mundo. Aí o outro ficou comigo, pra evitar de tarem [comentando] né? Espero que eles se lembrem mas se lembrar meio esquecido mesmo, porque é difícil. Eles viram. E criança se lembra das coisas.

Eu me lembro coisa quando eu era pequeno, muito mais fácil eu me esquecer agora do que quando eu era pequena. Essa história minha eu não esqueço nunca porque não esqueço mesmo. Isso é uma coisa que fica no juízo, fica na cabeça né? É uma coisa que não dá pra esquecer. Não esqueço não. A não ser que a gente perca a memória.

Aline: Durante tudo isso, tem alguma situação que aconteceu com a senhora que a senhora acha que só aconteceu porque a senhora era mulher?

Dona Maria: Não. Eu acho que naquele momento podia ser homem, podia ser mulher. Porque depois dele botar uma arma na cintura [homem], ele pensa que ele é deus, ele não confia na valentia dele, ele confia na arma dele e na coragem que ele tem. Ali podia ser homem ou mulher, tinha acontecido. Ele foi pra matar, então quem tivesse lá perto, se ele pudesse não deixar pista claro que ele não ia deixar né?

Só... Tipo assim, se fosse um homem que tivesse matado ele talvez não tivesse passado por tanto constrangimento, do pessoal tá desacreditando, tá perguntando, querendo saber porque a gente vê todo dia homem matando outro. O problema é que eu era uma mulher e todo mundo ficou: uma mulher, matar pistoleiro? Mas ele morreu. E lá não tinha ninguém não. Tinha eu, meus filhos, meu marido. E se fosse a comunidade que tivesse matado ele tinha tocado fogo, porque comunidade quando se junta mesmo pra fazer coisa faz bem feita, do jeito que era dentro dos mato. A moto dele ficou lá funcionando.

Aline: E depois de passado tanto tempo como que a senhora vê tudo isso hoje?

Dona Maria: Hoje como eu já tô tipo assim sossegada... Sossegada que digo assim, não tenho mais aquele pessoal me parando, me perguntando como que foi a história. Eu me sinto assim, me sinto que foi uma história que nunca vai ficar lá debaixo do chão, enquanto eu viver vai viver um pra tocar nesse assunto e me sinto assim uma vitoriosa, vitoriosa não é porque matei ele não, vitoriosa por ter vencido isso tudo, ainda ter criado meus filho, ainda tá criando neto e eu me sinto hoje uma vitoriosa, uma campeã porque o momento não foi fácil, foi muito difícil. Eu tive que me entregar pra Deus mesmo pra mim poder vencer, então hoje eu me sinto assim, ao longo do tempo... Vai fazer 27 anos, porque quando ele morreu foi em 1990, ela [a filha mais

nova] tava com dois anos, dentro dos três anos, ela já andava. E até agora eu tô aqui ajudando a criar os neto né? Eu me sinto uma vitoriosa nessa história. Eu não me sinto diminuída, não me vejo assassina, sei que foi o que aconteceu, mas eu não me sinto assim, aliás, nunca me senti. Eu nunca mostrei meus medos, nunca mostrei, meus medos era só pra mim e pra Deus. Mas sempre que as pessoas vinham e perguntavam eu sempre tinha palavra pra dizer e hoje eu me sinto assim. Sou uma vó, uma mãe, eu tenho um genro... Uma pessoa vitoriosa eu me sinto hoje. Se me dissesse assim: Dona Maria, você vai morrer hoje... Tenho fé em Deus que eu não hei de morrer nem de acidente nem matada, de morte morrida, o coração bateu ali, morreu, eu vou feliz. Tenho medo dela não sabe? Eu só quero que Deus me poupe de acidente e de matada. Tô bem, graças a Deus, apesar das dores e das coisas da velhice.

Aline: Dona Maria, eram essas as perguntas que eu tinha pra lhe fazer

Dona Maria: Acabou?

Aline: Acabou.

Dona Maria: Ficou satisfeita?

Aline: Demais porque...

Dona Maria: Porque pode ajudar em alguma coisa né?

Aline: Vai ajudar muito. A gente aprende muito ouvindo essas histórias...

Dona Maria: Lá é assim, você vai passar a limpo, vai ver o que pode servir pra você e o que não pode apaga e pronto.

Aline: Mas a gente aprende muito ouvindo essas histórias. Porque eu não vivi o período dos conflitos de terra, mas...

Dona Maria: Eu sei, o seu entender é só naquilo que você ler e tal mas não viveu.